



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 33 - Nº 642 - DE 11 A 25 DE JULHO DE 2021 - R\$ 4,00

Governo Bolsonaro afunda no lodo da corrupção

**Somente a classe operária organizada
e com seu programa de luta pode
combater conseqüentemente o governo
antinacional e antipopular**

**A VIA DO IMPEACHMENT E DAS ELEIÇÕES APENAS SERVE
PARA TROCAR UM GOVERNO BURGUEÊS POR OUTRO**

**Toda força ao movimento de massas,
que vem ganhando as ruas!**

**Em defesa dos empregos, salários
e direitos trabalhistas!**

86 anos da fundação do Partido Operário Revolucionário da Bolívia

**Suas conquistas programáticas e teóricas são o pilar para a reconstrução
do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional**

Agrava-se a crise política de governabilidade

ESTRATÉGIA E TÁTICA DA POLÍTICA DO PROLETARIADO

As últimas apurações da CPI-Covid trouxeram à luz do dia o comprometimento de militares com o esquema de corrupção, montado a partir do Ministério da Saúde. O depoimento do deputado Luís Miranda (DEM) abriu caminho para a elucidação da existência de quadrilhas, que se aproveitaram da Pandemia para arranjar negócios lucrativos na compra da vacina indiana Covaxin. Também trouxe à luz a tentativa de obter propina sobre a compra da vacina da Astrazeneca. Um dos pivôs da negociata é, nada mais nada menos, que o líder de governo da Câmara de Deputados, Ricardo Barros (Progressista). Mas, a montagem de um acordo de compra superfaturada e realizada com uma quadrilha de atravessadores, com sede em paraíso fiscal, como foi revelado por Luís Miranda, se deu sob a sombra do presidente Jair Bolsonaro.

Diante da exposição de oficiais, o ministro da Defesa e os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica acusaram a CPI de envolver as Forças Armadas. Com essa ameaça, exigiram que CPI deixasse de fora a rede de militares envolvida na corrupção, em cujo centro se encontram o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, e seu então Secretário Executivo, coronel Élcio Franco.

Desvendou-se o real conteúdo do “negacionismo” de Bolsonaro, que retardou a compra das vacinas, e combateu as iniciativas do governo de São Paulo, de agilizar a produção da Coronavac pelo Butantã. A desgraça de Bolsonaro foi ter bloqueado momentaneamente a entrada da Pfizer, que é o monopólio mais poderoso, e capaz de travar a guerra comercial com a China e Rússia. Não havia como o empresário brasileiro, Francisco Maximiano, proprietário da Precisa Medicamentos, montar um lobby, comprando homens do governo, sem que se chocasse com o monopólio da Pfizer e conexos. A tentativa de passar pela vigilância dos Estados Unidos sem ser flagrada se mostrou uma operação primária. Não por acaso, a denúncia a Bolsonaro partiu de um parlamentar de sua própria base aliada.

A valentia de Omar Aziz e Renan Calheiros se escora em costas largas. O governo Bolsonaro deu sinais de que afundaria mais rapidamente, depois da derrota de Donald Trump e vitória de Joe Biden, nos Estados Unidos. A montanha de brasileiros mortos pela Pandemia contrariou a avaliação dos estrategistas militares do governo. Bolsonaro arcou com toda a responsabilidade, embora, em última instância, a fonte do fracasso no combate à Pandemia se acha na burguesia, no grande capital e no imperialismo.

A forma de responsabilização do presidente da República é a de abrir os tumores apodrecidos nas entranhas do governo bolsonarista. Esse é o melhor caminho para ocultar o poder econômico, que esteve na base das decisões de Bolsonaro. Não se faz referência à marcha dos empresários, liderada pelo chefe da República, até o Supremo Tribunal Federal (STF), para exigir sua submissão à linha traçada no Planalto.

A corrupção é inerente ao Estado burguês. É, portanto, uma matéria prima valiosa para as disputas interburguesas. O impeachment de Fernando Collor de Mello e de Dilma Rousseff foram precedidos de escândalos de corrupção. Sem esse combustível, não se derruba um governo pela via institucional, parlamentar, judicial e policial. A particularidade do caso Bolsonaro está em que a corrupção em torno à compra da va-

cina se associa a uma escalada de mortes, que logo chegarão a 600 mil. Um potente complicador se manifesta na recessão de 2020, na difícil retomada do crescimento econômico, na alta taxa de desemprego, e no avanço da miséria.

O empenho de uma fração parlamentar por rasgar a máscara de anticorrupção vestida por Bolsonaro e seus militares indica que não há como desviar o curso objetivo da crise política. O problema está em unir as frações mais poderosas da burguesia, e deslocar as Forças Armadas do centro da governabilidade, para criar as condições do impeachment. O STF não comparece como um empecilho. O apoio popular ao governo vem caindo vertiginosamente. É preciso resolver os termos negativos da equação, para se passar da propaganda do impeachment à movimentação parlamentar concreta, que está na dependência de o presidente da Câmara dos Deputados romper com Bolsonaro, e desengavetar o “Superpedido”, ou pela via da ação do STF. Caso contrário, o caminho previsto é o da polarização eleitoral entre Bolsonaro e Lula.

Esse ambiente da crise política se refletiu pesadamente nas manifestações de 3 de julho. As forças burguesas oposicionistas jogam com as duas variantes: impeachment e eleições. Há setores da oposição antipetista que veem no impeachment um meio de desfazer a polarização prevista. O PT e seus aliados agem segundo as duas hipóteses, sendo a melhor delas comparecer como encabeçadores do impeachment, para tirar melhor proveito eleitoral.

A bandeira do Fora Bolsonaro serve perfeitamente para essa estratégia e tática, que se desenvolvem no interior da política burguesa, e estão condicionadas pela crise de governabilidade. As esquerdas centristas e oportunistas seguem em ziguezague a condução do PT. Não têm como expressar uma estratégia e tática próprias. Eis por que o movimento tipicamente pequeno-burguês, iniciado em 29 de maio, se encontra condicionado e canalizado pela estratégia burguesa das duas variantes. De nada adianta a esquerda oportunista procurar uma tática distinta da implantada pelo reformismo.

Somente há uma possibilidade de mudar esse curso: a afluência massiva da classe operária, que permita colocar acima das disputas interburguesas o programa de reivindicações próprio dos explorados. A estratégia e a tática do reformismo impedem a intervenção do proletariado e projeção das necessidades vitais das massas, por onde se combaterá, no terreno da luta de classes, a burguesia e o seu governo, que, por hora, está nas mãos de Bolsonaro.

O POR responde à crise de governabilidade, se orientando pela estratégia da revolução proletária, e de sua forma governamental, que é o governo operário e camponês. O que se opõe à estratégia de trocar um governo burguês por outro. A classe operária tende a superar seu atraso provocado pelo domínio da política reformista, burocrática e corporativa. Mas, inevitavelmente, passará por levantes em defesa de sua força de trabalho, portanto, de suas reivindicações vitais de emprego, salário e direitos trabalhistas, que, por sua vez, colocarão a defesa de reivindicações democráticas, como direito de greve, etc. O POR, assim, convoca as esquerdas a assumirem em primeiro plano a luta pelo programa próprio dos explorados, e a romperem com a estratégia e tática do reformismo.

Não confundir o ódio das massas a Bolsonaro com a estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro”

O POR tem publicado notas e cartas abertas, se posicionando diante da orientação empunhada pelas direções sindicais e populares, particularmente em relação às grandes manifestações, como as que ocorreram em 29 de maio, 19 de junho e 3 de julho. Tem denunciado a subordinação do movimento à política burguesa, demonstrando a ligação indissolúvel entre a bandeira do impeachment e o eleitoralismo, aspectos que constituem o verdadeiro conteúdo da consigna “Fora Bolsonaro”.

Esta denúncia é de extrema importância, pois, se trata de combater o desvio da luta para o campo da classe inimiga. A defesa da política do proletariado implica não abandonar o combate ideológico, no sentido de explicitar as leis de funcionamento do capitalismo e de suas crises, colocando os reais fundamentos dos choques interburgueses, e do conflito entre a burguesia e a classe operária. Implica também realizar a agitação das bandeiras concretas que permitem aos explorados fazerem a sua própria experiência com as direções do movimento, partindo de suas necessidades elementares, em choque com a burguesia e seu Estado.

O “Fora Bolsonaro” das direções obscurece o fato de que, na base da decomposição do governo ultradireitista, se encontra a crise estrutural do modo de produção capitalista. Alimenta a ilusão de que basta substituir o governo burguês por outro, desde que mais à esquerda no espectro político.

O “Fora Bolsonaro” das direções também ofusca o conflito entre setores da burguesia, como no caso do atrito entre Bolsonaro e o PSDB. Este partido, comprovadamente reacionário, compôs a frente golpista que derrubou Dilma Rousseff e, assim, ajudou a preparar o terreno para a eleição de Bolsonaro. Mas, agora, diante da projeção eleitoral para 2022, em que aparece muito atrás na disputa, pretende se apoiar nos protestos da esquerda reformista e centrista, visando a retirar Bolsonaro da disputa, numa tentativa de recuperar a polarização com o PT, como ocorreu desde a primeira eleição de Fernando Henrique, até a segunda vitória de Dilma.

O “Fora Bolsonaro” das direções ainda traz o enorme prejuízo de confundir os inimigos mortais da classe operária como seus supostos aliados. Basta mencionar os exemplos do PSOL, na figura de seu presidente, Juliano Medeiros, e do PSTU, em uma nota em que defendem uma frente ampla. No primeiro caso, vimos o psolista “saudando” a presença do PSDB nas manifestações, e taxando de “sectários” os contrários à aliança com o referido partido burguês. No segundo caso, presenciamos a lamentável definição do PSDB, apresentada pela PSTU, como parte das forças que defendem as “liberdades democráticas”.

Evidentemente, a nítida delimitação dos marcos da política de independência de classe não significa negar por princípio a possibilidade de acordos e compromissos pontuais. Acontece que os revolucionários jamais traçam qualquer compromisso que confunda ou que manche a nossa bandeira, a bandeira do proletariado e dos demais oprimidos, com a da classe antagonista.

Em seu livro sobre o *Esquerdismo*, Lênin diz: “*Nas questões práticas da política de cada momento particular ou específico da história, é importante saber distinguir aquelas em que se manifestam os compromissos da espécie mais inadmissível, os compromissos de traição, que*

representam um oportunismo funesto para a classe revolucionária, e dedicar todos os esforços para explicar seu sentido e lutar contra elas”. Mais adiante, completa essa ideia: “*Toda a questão consiste em saber aplicar essa tática para levar, e não para rebaixar, o nível geral de consciência de luta e de vitória do proletariado*”.

No caso em questão, ao embelezar o PSDB, visando a potencializar a via do impeachment, que é uma via burguesa e de subordinação ao Congresso Nacional corrupto, o PSTU rebaixa o nível de consciência das massas e não faz mais do que firmar um acordo de traição, que desvia as massas da luta por suas reivindicações próprias, com seus métodos próprios. O mesmo vale para a defesa da “frente ampla”, feita pelo PT, PCdoB e PSOL. Raciocínio análogo serve ao PCO que, embora tente se diferenciar pela esquerda, conclui alimentando as ilusões na democracia burguesa, ao apontar o caminho do impeachment e da candidatura de Lula em 2022.

Como se vê, o “Fora Bolsonaro” das direções sindicais e populares não passa de uma capitulação. Ao invés de potencializar a luta de classes e instigar as fissuras no seio da classe dominante, as direções sustentam uma saída de contenção da explosividade das massas, canalizando o seu ódio instintivo para a via institucional, contribuindo para que a crise política seja aplainada através dos mecanismos criados pela própria burguesia e pelas oligarquias, para dirimir os conflitos entre as suas frações, que são o impeachment e as eleições.

Diferente disso é o sentido dado pelas massas à mesma consigna. Mesmo que não possamos ignorar a afluência da política reformista e centrista sobre os trabalhadores e a juventude, é preciso verificar concretamente o significado que estes atribuem às bandeiras. Quando as massas gritam “Fora Bolsonaro”, querem dizer que não toleram mais o governo ultradireitista, identificado como “genocida”, “negacionista”, “miliciano” e “corrupto”. Querem que saia, que seja expurgado! O reformismo e o oportunismo se valem desse sentimento de ódio, que cresce entre os explorados, para transformá-lo em política burguesa, ou seja, em estratégia de substituir um governo burguês por outro, que supostamente iria resolver os problemas que atingem a maioria oprimida.

O dever dos revolucionários é o de, tomando como guia a estratégia da revolução e ditadura proletárias, combinar devidamente a propaganda e a agitação, levando em conta as variações da conjuntura, para atuar junto aos explorados, principalmente junto ao proletariado, para converter o seu ódio instintivo em ação consciente. Daí a enorme importância que assume, no momento, a defesa das suas reivindicações elementares, como a do emprego, dos salários, dos direitos trabalhistas e da vacinação para todos, priorizando os miseráveis.

Essa linha política é a única capaz de responder aos problemas imediatos das massas e, simultaneamente, a única que permitirá ampliar a confiança dos explorados em suas próprias forças, preservando a sua independência de classe. Por esses motivos, constitui o único caminho que permitirá aos oprimidos, sob a direção do proletariado, dar passos decisivos em relação à sua estratégia própria de poder, que é a derrubada do governo Bolsonaro com a ação direta das massas, e constituição de um governo operário e camponês.

Nona Carta do Partido Operário Revolucionário (POR)

Aos trabalhadores e à juventude oprimida

Que as manifestações de 3 de julho sejam de luta contra o desemprego, as perdas salariais, a quebra de direitos trabalhistas e o avanço da pobreza, miséria e fome

Não à utilização das massas para as manobras do impeachment e do jogo eleitoral! Combater e derrubar o governo antinacional e antipopular de Bolsonaro por meio da luta direta e organização independente da classe operária e dos demais explorados

28 de junho de 2021

A antecipação do dia de mobilização para 3 de julho foi uma medida em si correta e necessária, uma vez que a miséria e a fome mutilam e matam diariamente milhares de explorados. O que não é correto é subordinar as manifestações à CPI do Covid. O impeachment não é um instrumento de luta da classe operária e dos demais explorados para pôr abaixo o governo Bolsonaro. É um meio utilizado pelas forças burguesas e seus partidos, para substituir um governo burguês por outro. É o Congresso Nacional oligárquico que decide, e, portanto, não são as massas que revogam o mandato do presidente.

As bandeiras do “Fora Bolsonaro” e “Impeachment” não estão servindo para derrubar o governo burguês, mas para potenciar a disputa eleitoral. Assim, a função dessas bandeiras é a de desviar as massas dos seus reais problemas, de suas necessidades vitais, de suas reivindicações, de seu método próprio de luta e de sua independência de classe.

A experiência demonstrou que o impeachment é um instrumento antidemocrático, e que serve a golpes de Estado. A derrubada do governo de Dilma Rousseff pelo impeachment não deixou a menor dúvida sobre o caráter antidemocrático desse instrumento legal. A ideia de que pode ocorrer impeachment democrático ou antidemocrático é inteiramente falsa.

A explicação do PT, de que o problema do impeachment de Dilma é que foi golpista, porque não havia concretamente um crime de responsabilidade, e que, agora o impeachment de Bolsonaro se justificaria, porque preenche esse requisito, não muda o fato de ser uma decisão a ser tomada no interior da política burguesa. O presidente golpista Michel Temer se livrou do impeachment na situação mais calamitosa de corrupção. Pôde realizar uma transição de uma ditadura civil, servindo aos interesses do grande capital, para entregar a presidência a Bolsonaro, eleito pelo voto popular. Os golpistas, assim, derrubaram um governo eleito, montaram uma ditadura civil, e restabeleceram um novo governo, chefiado por um dos golpistas

mais notórios, que é Bolsonaro.

A classe operária e os demais explorados continuaram padecendo de todos os males do capitalismo em decomposição. Eis por que o PT e os demais partidos, que estão se valendo da retomada das lutas, sob a Pandemia, para promover o impeachment, estão obrigados a se aliar com uma parte das forças políticas que participaram do golpe de Estado de 2016.

É assombroso que, na plenária virtual, de 24 de junho, as organizações, que se abrigam sob a bandeira do “Fora Bolsonaro”, tenham aprovado a antecipação da mobilização para 3 de julho, com o objetivo de servir de alavanca social ao denominado “Superpedido Unificado de Impeachment”. Essa frente, composta do PT e aliados de esquerda, com partidos, instituições e personalidades que promoveram o impeachment de Dilma, implica trazer para as mobilizações, que iniciaram em

29 de maio, organizações e representantes antidemocráticos que, agora, pretendem vestir a máscara de democráticos, fazendo oposição a Bolsonaro, que os enxotou de suas hostes, como é o caso do Movimento Brasil Livre (MBL).

As bandeiras do “Fora Bolsonaro” e “Impeachment” não estão servindo para derrubar o governo burguês, mas para potenciar a disputa eleitoral. Assim, a função dessas bandeiras é a de desviar as massas dos seus reais problemas, de suas necessidades vitais, de suas reivindicações, de seu método próprio de luta e de sua independência de classe.

O objetivo das direções sindicais e políticas, de canalizar a energia das manifestações para o “Fora Bolsonaro”, é o de prometer um novo governo, que, supostamente, promoveria a retomada do crescimento econômico, da volta dos empregos e da distribuição de renda. Não é, portanto, o de combater Bolsonaro, demais governantes e burguesia, que descarregam a crise sobre os ombros da maioria oprimida. Não é o de enfrentar o imperialismo, que saqueia o país, que impulsiona a

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

guerra comercial, e que tem usado o monopólio das vacinas para impor as suas condições de retomada da economia.

Durante um ano e três meses, as centrais sindicais e os partidos de esquerda reformista e centrista bloquearam a ação das massas. Neste período, a Pandemia provocou mortes diárias de mais de 2 mil brasileiros, a recessão derrubou em mais de 4% o crescimento econômico, centenas de fábricas e negócios foram fechados, milhões foram demitidos, e se chegou à terrível constatação de que 125 milhões de trabalhadores passaram a conviver com a denominada “insegurança alimentar”. Mais de 40 milhões dependem do trabalho informal. Ao mesmo tempo, a riqueza se concentrou ainda mais. Os ricos ficaram mais ricos, e os pobres, mais pobres. Não houve uma só iniciativa das direções sindicais e políticas, que se enrolam nas bandeiras do “Fora Bolsonaro” e “Impeachment”, para organizar a luta nacional contra o avanço da pobreza, miséria e fome. Agora, oferecem uma solução futura, alimentando as ilusões das massas, de que o afastamento de Bolsonaro, pelo impeachment ou por eleições, será um caminho de solução da tragédia vivida pela população. Para isso, a classe operária e os demais explorados devem então renunciar ao combate imediato, para impor ao governo e à burguesia seu programa próprio de reivindicações.

Está claríssimo que essas direções não querem um levante operário e popular contra a fome e a miséria; pelos empregos, recuperação salarial e retomada dos direitos trabalhistas, que vêm sendo liquidados pelas contrarreformas. A luta operário-popular por um programa próprio de reivindicações não unifica as forças opositoras pelo “Fora Bolsonaro” e “Impeachment”. Por isso, as manifestações não têm servido para a classe operária impor, imediatamente, ao governo e à burguesia, as reivindicações vitais. Essas direções, enfiadas na política institucional, sabem perfeitamente que a unificação dos explorados em luta pelos empregos e salários se choca com os interesses econômicos dos capitalistas e com a governabilidade burguesa. Sabem também que é preciso, com uma mão, oferecer aos explorados o impeachment e eleições, e, com outra, prometer a volta dos empregos e a recuperação dos salários.

As correntes de esquerda, que se abrigaram sob as bandeiras do “Fora Bolsonaro” e do “Impeachment”, e que procuram

preenchê-las de um conteúdo classista, contribuem para que o reformismo e o oportunismo eleitoral enganem os explorados e a juventude, que odeiam o governo ultradireitista de Bolsonaro, e querem dele se livrar. Está aí por que a ala mais à esquerda do “Fora Bolsonaro” e “Impeachment” acaba servindo de cortina de fumaça à estratégia burguesa do PT e aliados. As manifestações de 29 de maio e 19 de junho evidenciaram os perigos do desvio institucional e eleitoral. Esse perigo, agora, se apresenta de corpo inteiro, ao se submeter a luta dos explorados às manobras da CPI, do Congresso Nacional e das disputas no campo eleitoral.

O POR, desde o início, defendeu e trabalhou para que os sindicatos rompessem com a passividade, convocassem assembleias presenciais, organizassem os comitês de empregados e desempregados e servissem à unidade da luta operária, camponesa e popular por um programa próprio de reivindicações. Empenhou-se e empenha-se para a constituição de uma frente de luta e de independência de classe, tendo por base esse objetivo. Nas manifestações, chamou e chama os trabalhadores e a juventude a tomarem em suas próprias mãos as suas reivindicações e a defesa de suas condições de existência. Vem alertando

para os perigos do oposicionismo burguês a Bolsonaro e do jogo eleitoral. Explicou e explica o conteúdo burguês e diversionista do “Fora Bolsonaro” e “Impeachment”.

A experiência tem comprovado a correção da política do POR, voltada no momento a pôr em pé um movimento de massa por um programa próprio dos trabalhadores, e a constituição de uma poderosa frente única de combate às medidas da burguesia e do imperialismo. Na manifestação de 3 de julho, a vanguarda com consciência de classe tem de combater em favor dessa linha, que é de luta de classes e de independência dos explorados, diante de todas as variantes da política burguesa.

É necessário potencializar a bandeira de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, voltado a defender os empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação a todos.

Que o dia 3 de julho seja de luta classista e independente da política burguesa!

A luta operário-popular por um programa próprio de reivindicações não unifica as forças opositoras pelo “Fora Bolsonaro” e “Impeachment”. Por isso, as manifestações não têm servido para a classe operária impor, imediatamente, ao governo e à burguesia, as reivindicações vitais.

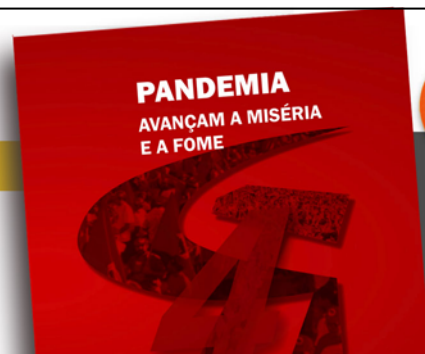
Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME



A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$ 40

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR



Décima Carta do Partido Operário Revolucionário

Aos trabalhadores e à juventude oprimida

Um chamado às correntes de esquerda Que rompam com a estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro e Impeachment”!

*Que se coloquem em defesa das reivindicações vitais dos explorados, pelo método
da ação direta e independência política diante dos partidos da burguesia!*

Que fortaleçam a frente classista e combativa!

5 de julho de 2021

Como prevíamos, a bandeira do “Fora Bolsonaro” subordinaria a quebra da passividade de um ano e três meses ao objetivo burguês do afastamento do presidente ultradireitista pelo impeachment. As manifestações de 29 de maio indicaram que essa era a orientação determinada pelas direções, que constituem a frente partidária e sindical do “Fora Bolsonaro”. É bom lembrar que houve divergência na cúpula dessa frente, sobre se era o momento de quebrar a passividade e sair às ruas. A mobilização de 19 de junho se realizou em razão da surpresa das direções sindicais e políticas, da afluência massiva de

perpedido”. O que motivou essa frente, que incluiu partidos da burguesia de centro e direita, foram as revelações na CPI da corrupção, envolvendo o presidente da República na compra da vacina Covaxin. Assim, a manifestação serviu de pano de fundo social para pantomina da CPI, regida pelos senadores Omar Aziz e Renan Calheiros. Entre as figuras do ato de entrega do “Superpedido”, se destacaram os ultradireitistas, golpistas e ex-bolsonaristas, Joice Hasselmann (PSL) e Kim Kataguiri (DEM/MBL). Alinhou-se ao “Superpedido” a maior parte das correntes de esquerda.

Duas variantes da situação política determinam a conduta da direção da frente “Fora Bolsonaro”.

De um lado, a corrida e os arranjos eleitorais; de outro, o afastamento de Bolsonaro por um impeachment. Essas duas variantes estão entrelaçadas. A pretensão de separar uma da outra não constitui erro de análise, mas sim expressão do oportunismo.

manifestantes em 29 de maio. Mesmo tendo claro que havia disposição de luta de milhares de pessoas por todo o país, a cúpula dirigente marcou o novo ato para 24 de julho, portanto, um mês e cinco dias depois. Essa distância revelou a orientação política e a avaliação da cúpula, de que as mobilizações deveriam seguir as disputas eleitorais em curso, tendo em vista a potenciação da candidatura de Lula, a sua polarização com Bolsonaro, e responder aos reflexos políticos da CPI da Covid.

Duas variantes da situação política determinam a conduta da direção da frente “Fora Bolsonaro”. De um lado, a corrida e os arranjos eleitorais; de outro, o afastamento de Bolsonaro por um impeachment. Essas duas variantes estão entrelaçadas. A pretensão de separar uma da outra não constitui erro de análise, mas sim expressão do oportunismo. Repentinamente, a cúpula decidiu realizar o ato nacional de 3 de julho. Essa pressa não consistiu em uma alteração na diretriz política, mas uma resposta à articulação do que se denominou de “Superpedido de Impeachment”. Como se surgisse do nada, uma frente ampla de partidos e direções sindicais, populares e estudantis decidiu entregar, no dia 30 de junho, ao Congresso Nacional, o “Su-

A justificativa do PT para uma frente tão ampla é a de que, para tirar Bolsonaro do poder, vale tudo, ou seja, é preciso compor uma aliança com todos os partidos que estejam dispostos a ir adiante com o impeachment. Essa posição tem sentido pragmático. A experiência mostra que não basta a mobilização popular para viabilizar o impeachment. A decisão cabe ao poder econômico, ao Congresso Nacional, ao Supremo Tribunal Federal e às Forças Armadas. Evidentemente, o peso de cada instituição se verifica no processo político, daí que a mobilização popular é um instrumento dessa composição politicamente heterogênea.

As correntes de esquerda, que se movimentam como alas do PT, sonham com um movimento “Fora Bolsonaro” limitado ao campo das esquerdas reformista e centrista. A tentativa de esvaziar a bandeira do “Fora Bolsonaro”, extraindo dela o impeachment, não passa de uma manobra artificial e pueril. E aqueles que admitem o impeachment, desde que os partidos da burguesia, principalmente da direita, fiquem de fora, estão amarrados ao cretinismo. Os mais esquerdistas do “Fora Bolsonaro”, quando dizem que querem derrubar agora o governo genocida, se auto enganam, acreditando na possibilidade de o PT e seus aliados liderarem um movimento revolucionário. E se auto enganam, acreditando que o movimento da pequena burguesia opositora a Bolsonaro irá travar um combate tão decisivo. A miopia da esquerda oportunista somente não é tão responsável pelo desvio das mobilizações para o beco sem saída do impeachment quanto o é a direção reformista, burocrática e pró-capitalista, porque não detém o comando dos aparatos e das forças sociais.

A mobilização de 3 de julho sofreu uma sensível alteração em reação às anteriores. A cúpula dirigente abriu caminho para a participação de todos os partidos que estivessem pelo

impeachment. O fato de as representações do PSDB e PDT terem sido diminutas se deveu a que a manifestação do dia 19 de junho tivesse sido demarcada como um movimento de esquerda pelo “Fora Bolsonaro”. Os grandes partidos da burguesia, entretanto, não se decidiram pelo impeachment. O que dificultou à cúpula dirigente da frente “Fora Bolsonaro” alargar o espectro político do dia 3 de julho. Os conflitos entre militantes e agentes do PSDB não passaram de um sintoma, que indica o impasse prematuro do movimento “Fora Bolsonaro”.

Está claro que o rompimento da passividade das direções sindicais e políticas não se deveu à luta da classe operária e dos demais trabalhadores por suas reivindicações próprias, embora a maioria oprimida vem arcando, não apenas com a ferocidade da Pandemia, como também com o aumento do desemprego, subemprego e elevação do custo de vida. Não se deveu também aos ataques de Bolsonaro e do Congresso Nacional à economia do país, com as privatizações e concessões ao capital financeiro. As direções canalizaram, imediatamente, o ódio dos explorados para o oposicionismo burguês e pequeno-burguês, materializado nas bandeiras do “Fora Bolsonaro” e “Impeachment”. As reivindicações de auxílio emergencial de R\$ 600,00 – valor miserável já utilizado pelo governo – e a vacinação a todos servem de enfeites. Os sindicatos operários ficaram à margem das manifestações, apesar de suas direções fazerem parte do controle do movimento, juntamente com as direções políticas alinhadas com o oposicionismo petista. É visível a resistência da cúpula dirigente em movimentar as bases operárias, o que teria de modificar o caráter dos atos, que têm se limitado a camadas da pequena burguesia urbana e de um contingente da juventude oprimida, que seguem os passos do reformismo.

O movimento orientado pelo “Fora Bolsonaro e impeachment” não comporta um levante do proletariado e das massas empobrecidas por suas necessidades vitais. Muito se escreve e se discursa sobre o desemprego de 14,8 milhões, os 6 milhões de “desalentados”, os 33,3 milhões de “subutilizados”, e os mais de 100 milhões que correm o risco da “insegurança alimentar”. Muito se fala que o desemprego sacrificou ainda mais as mulheres e a juventude, particularmente de negros. No entanto, as direções sindicais e políticas se negam a levantar as massas por um programa próprio de reivindicações.

As correntes de esquerda vêm expondo os seus fortes laços com o reformismo petista, que mantém a hegemonia no campo da oposição burguesa e pequeno-burguesa aos governos de direita e ultradireita. Eis por que quase todas as correntes se abrigaram nas bandeiras “Fora Bolsonaro” e “Impeachment”, renunciando à luta operária pelo programa próprio de reivindicações.

As contradições da esquerda centrista foram aflorando à luz do dia, na medida em que se submeteram à passividade das direções sindicais e políticas, por um ano e três meses de Pandemia e, agora, à estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro” e “Impeachment”. Isso explica por que os partidos, que se reivindicam do socialismo, do comunismo e da luta dos explorados, se negaram a constituir uma frente em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas no interior das manifestações, mantendo-se agarrados à frente burguesa e pequeno-burguesa oposicionista ao governo.

Não é incompreensível ou absurda a heterogeneidade de posições no interior da homogeneidade estratégica. Sob as bandeiras do “Fora Bolsonaro” e “Impeachment”, portanto da estratégia comum, se abrigam aqueles que são abertamente aficionados pela candidatura de Lula, aqueles que não são aficionados, mas que estão por uma frente eleitoral de esquerda, tendo o candidato do PT como o pivô, e aqueles que fingem acreditar na possibilidade desse movimento oposicionista evoluir para uma eclosão revolucionária contra o governo da ultradireita.

Avaliando a manifestação do dia 3 de julho, um dirigente da CSP-Conlutas e PSTU disse que “os atos fortaleceram a campanha pelo Fora Bolsonaro”. E acrescentou que “é preciso avançar para um patamar superior”, que seria a convocação “de uma greve geral sanitária para deter o genocídio”. E logo esclareceu: “Não uma greve por salário. É pela vida, portanto, uma greve política”. O PSTU e a CSP-Conlutas assinaram o “Superpedido de Impeachment”, e fizeram coro na entrega aos politiquieiros do Congresso Nacional. A panaceia da greve geral sanitária é uma bandeira talhada para ocultar o seu seguidismo à estratégia política da oposição burguesa e pequeno-burguesa. Uma greve geral por salário – e acrescentamos, por empregos e direitos trabalhistas – é dispensada pelo representante do PSTU/CSP-Conlutas, porque não seria uma “greve política”. A impropriedade dessa afirmação não se deve tão somente ao distanciamento cada vez maior dessa corrente centrista do marxismo, mas às pressões da situação política para que o rompimento da passividade das direções não desse lugar a um levante dos explorados por suas necessidades vitais.

Todas as correntes que se abrigam no guarda-chuva do “Fora Bolsonaro e Impeachment” se têm negado a defender e a organizar um movimento, que tenha por base a luta pelos empregos, salários e direitos trabalhistas. Não faltam esquerdistas para dizer que a defesa e a organização do movimento de massa pelas necessidades vitais não seriam apropriadas à luta política contra o governo Bolsonaro. Ocorre exatamente o contrário. A luta do proletariado contra o governo, que utiliza o Estado para descarregar a crise sanitária e econômica sobre a maioria oprimida, tem por base a tragédia social concreta.

O movimento iniciado em 29 de maio teria dado um passo seguro, caso estivesse sob as bandeiras de redução da jornada sem reduzir os salários, readmissão de todos os trabalhadores demitidos durante a Pandemia, estatização das empresas fechadas, controle operário da produção, recuperação dos direitos trabalhistas destruídos, reposição salarial e salário mínimo vital. Esse conjunto de reivindicações defende de fato a vida da maioria oprimida, uma vez que protege a força de trabalho contra o capitalismo em desintegração. Nessa luta, ganharia projeção a defesa do auxílio emergencial, que corresponda às

Adquira com o distribuidor: R\$ 35

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.





reais necessidade da família desempregada e subempregada. A classe operária nessa luta compreenderia a importância de reagir à guerra comercial em torno às vacinas, respondendo com o programa de expropriação dos monopólios. Compreenderia a importância de lutar contra as privatizações, e assumiria a bandeira de reestatização sem indenização.

A renúncia a esse percurso da luta de classes contra os governantes e a burguesia, tendo como centro o governo antinacional e antipopular de Bolsonaro, levou de roldão as correntes de esquerda a se agarrarem ao mastro do “*Fora Bolsonaro e Impeachment*”. Essa renúncia, evidentemente, não é de hoje. Os sindicatos burocratizados e, em grande medida, submetidos à política do reformismo, há muito, não lutam pelos empregos, salários e direitos trabalhistas. Haja vista a generalização dos acordos de flexibilização capitalista do trabalho (lay-off, banco de horas, redução de salário, suspensão de contratos, terceirização, indenização por fechamento de fábricas). Não há nenhuma fração sindical que tenha combatido essa política de conciliação de classes e conservado na luta diária o programa de defesa das condições elementares dos explorados. No passado, a socialdemocracia manobrava, separando o programa mínimo (reivindicações vitais) do programa máximo (a estratégia da revolução proletária). Hoje, as burocracias socialdemocrata, reformista e centrista simplesmente abandonaram o programa mínimo. O fato de os centristas de esquerda se declararem socialistas e partidários da revolução não altera essa capitulação.

As direções da CUT e do PT não ocultam a sua estratégia burguesa. Defendem e explicam que a remoção de Bolsonaro é a condição para retomar o crescimento econômico, recuperar os empregos e distribuir renda. Assim, conduzem o movimento a substituir um governo burguês por outro, seja por meio das eleições ou do impeachment. A função do reformismo é a de salvar o capitalismo. Para isso, oferece migalhas aos desempregados, subempregados e famintos. A falência do governo Bolsonaro expressa a decomposição da política burguesa, que se manifesta na incapacidade de proteger a maioria oprimida das crises sanitária e econômica. Os reformistas pretendem estancar o desmoronamento da governabilidade burguesa e, assim, evitar o levante revolucionário das massas. O desemprego, subemprego, miséria e fome são estruturais. Tendem a se agravar, e não a se amenizar. A tese reformista, de adotar uma política econômica e social que diminua a “*desigualdade*”, e que aproxime em alguns centímetros o capital do trabalho, guia a estratégia do “*Fora Bolsonaro*” e “*Impeachment*”.

O predomínio quase absoluto dos reformistas sobre o movimento sindical e popular reflete o profundo atraso da cons-

ciência de classe do proletariado e, portanto, a profunda crise de direção. As condições econômicas e sociais objetivas para derrubar o governo reacionário de Bolsonaro estão plenamente dadas. Não estão dadas as condições subjetivas, programáticas e organizativas, uma vez que não estão encarnadas por uma poderosa fração do proletariado. O reformismo e a esquerda centrista se movem em meio a essa contradição. O que os une é a rejeição da tarefa de levantar o movimento pelas reivindicações vitais. Essa unidade conservadora e reacionária se expressa no movimento burguês e pequeno-burguês do “*Fora Bolsonaro e Impeachment*”.

As condições subjetivas para a derrubada revolucionária de Bolsonaro e a constituição de um governo do proletariado e dos demais explorados não estão presentes. O que deixa o caminho completamente aberto ao reformismo, que manipula com as bandeiras oposicionistas. A luta para que o proletariado imprima, no movimento pequeno-burguês democratizante, as reivindicações vitais e a sua política de independência de

classe é a tarefa principal do momento. A batalha se trava, inevitavelmente, no campo da defesa da força de trabalho, dos empregos, salários e direitos trabalhistas, principalmente.

O Partido Operário Revolucionário (POR) se colocou neste campo antes mesmo das direções sindicais e políticas romperem a longa passividade. É o que nos permitiu dar continuidade a essa luta, no momento em que as massas voltaram às ruas. A classe operária, instintivamente, sente que sua ausência é prejudicial para si mesma e para o conjunto da população. O problema está em que se encontra bloqueada pela burocratização das organizações sindicais.

O POR fez um chamado às correntes que se reivindicam do socialismo a constituir uma frente em torno a um programa emergencial próprio dos explorados, e a rechaçar os desvios eleitorais. Voltamos, agora, sobre a base da experiência das três manifestações, a exigir das correntes, que rompam com

a estratégia burguesa e pequeno-burguesa do “*Fora Bolsonaro e Impeachment*”. Que assumam a tarefa de unir empregados e desempregados; de lutar pela realização das assembleias presenciais, pela constituição dos comitês de base e pela independência organizativa do movimento, baseados no programa de reivindicações, na ação direta das massas e na democracia proletária. É por essa via que os explorados passarão por cima da política de conciliação de classes e da estratégia burguesa do reformismo. É por essa via que os explorados poderão erguer no terreno próprio de luta contra a burguesia exploradora, os governantes opressores e, em particular, o governo ultradireitista, militarista e fascizante de Bolsonaro.

As condições subjetivas para a derrubada revolucionária de Bolsonaro e a constituição de um governo do proletariado e dos demais explorados não estão presentes. O que deixa o caminho completamente aberto ao reformismo, que manipula com as bandeiras oposicionistas. A luta para que o proletariado imprima, no movimento pequeno-burguês democratizante, as reivindicações vitais e a sua política de independência de classe é a tarefa principal do momento. A batalha se trava, inevitavelmente, no campo da defesa da força de trabalho, dos empregos, salários e direitos trabalhistas, principalmente.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

Nota do partido Operário Revolucionário

Sobre o conflito com o PSDB e a ação paralela de grupos que se reivindicam do anarquismo

6 de julho de 2021

Na Décima Carta aos trabalhadores e à juventude, de 5 de julho, dedicada à avaliação das manifestações de 3 de julho, apenas nos referimos ao conflito entre militantes de PCO e membros do PSDB. Não fizemos referência à ação policial contra os grupos anarquistas. Somente de passagem, assinalamos a questão da presença do PSDB no ato de São Paulo. Esse critério se deveu à intenção de demonstrar particularmente o motivo político de o PSDB se fazer presente na manifestação. Isso por que dizia respeito às características do movimento “*Fora Bolsonaro e Impeachment!*”. A ação dos grupos anarquistas se passou à margem, uma vez que se valeram das manifestações de massa para realizar as ações paralelas e individuais. Eis por que decidimos não incorporá-la no balanço das manifestações na Décima Carta. Ocorre que a grande imprensa aproveitou os dois acontecimentos, como se fossem, de um lado, uma ação antidemocrática contra o PSDB; e, de outro, as ações antidemocráticas dos grupos anarquistas como fazendo parte da manifestação. Em ambos os casos, se deformam os acontecimentos, de maneira a ocultar os reais problemas políticos do dia 3 de julho.

A repercussão jornalística incentivou uma polêmica entre as correntes de esquerda. Até o dia de hoje, 6 de julho, a polêmica não se generalizou. Parece que se circunscreveu, pelo menos por enquanto, ao PSTU e PCO. É necessário separar e não confundir as duas questões. A ação paralela dos grupos anarquistas e a repressão policial não têm a mesma transcendência política que o conflito de PCO com o PSDB.

A crítica do POR às ações paralelas individuais em referência às massas, na Oitava Carta que avalia a manifestação de 19 de junho, criticamos e rejeitamos a ação paralela de grupos, que, inclusive, se aproximaram da Frente Classista e Combativa, com o objetivo de utilizá-la para seus fins próprios, o que implicou uma discussão crítica, e dois agrupamentos se colocaram contra o cumprimento dos acordos definidos democraticamente pela Frente, e, assim, se afastaram. A repressão policial e as prisões foram denunciadas e rechaçadas pela Frente. O POR, como parte da Frente, defendeu a imediata libertação dos presos e o fim de qualquer processo judicial. Resta ainda a libertação de Matheus Machado Xavier. Esse é um dever revolucionário que não impede, como exige, realizar a crítica aos erros e prejuízos políticos causados pelas ações individuais ao movimento das massas.

O PT utilizou o argumento de que poderia ser uma infiltração bolsonarista, e que o governo paulista investigaria. A possibilidade de infiltração existe, como já foi demonstrado em acontecimentos anteriores dessa natureza. Mas não se pode confundir a ação do infiltrado com a dos anarquistas. De maneira que o PT não se colocou pela libertação dos presos, e

apoiou a investigação da própria polícia do governador Doria, colocando-se em uma posição francamente reacionária.

O PSTU procurou responder aos ataques dos bolsonaristas, dando a entender que a polícia facilitou inicialmente as depredações para, em seguida, reprimir a manifestação. Não fez a defesa da libertação dos presos. Avaliou, no entanto, que “*a repressão foi absolutamente desproporcional e absurda*”. Quer dizer que, se fosse proporcional, se justificaria. Condenar o “*terrorismo individual*”, como sempre fez o marxismo, não significa o mesmo que justificar a repressão policial. O combate aos métodos estranhos à luta de classes do proletariado se dá no terreno político e organizativo.

A crítica a ser feita ao PCO não é por ter procurado escorraçar os peessedebistas, mas sim por se encontrar subordinado à estratégia e à política que abriram caminho à intervenção dos partidos da burguesia. Essa crítica foi impressa em nossas Cartas e Manifestos, antes de ocorrer o conflito.

Passamos à questão da presença do PSDB no ato. PCO não fez senão cumprir o dever elementar do classismo de se opor à presença dos partidos da burguesia que, em última instância, são responsáveis pelo governo de Bolsonaro, mesmo estando na oposição. A crítica do PSTU ao PCO é reacionária. A bandeira de “*Fora os partidos da burguesia das manifestações*” está plenamente colocada. Na Nona Carta aos trabalhadores e à juventude, o POR denuncia a direção do movimento, por abri-lo à participação de partidos burgueses. No Manifesto, distribuído no dia 3 de julho, se materializa essa bandeira. Eis: “*Fora os politiquinhos da burguesia das manifestações dos trabalhadores e da juventude oprimida! Não subordinar a luta dos explorados à aliança burguesa em torno ao impeachment! Pela independência política e organizativa das manifestações*”.

A crítica a ser feita ao PCO não é por ter procurado escorraçar os peessedebistas, mas sim por se encontrar subordinado à estratégia e à política que abriram caminho à intervenção dos partidos da burguesia. Essa crítica foi impressa em nossas Cartas e Manifestos, antes de ocorrer o conflito.

O ataque do PSTU ao PCO é mais uma comprovação da justiça da crítica do POR a todas as correntes de esquerda que se abrigam sob a bandeira do “*Fora Bolsonaro e Impeachment*”. Em seu comunicado de 5 de julho, a direção do PSTU diz: “*O PSDB não estava ‘infiltrado’ no ato. Pelo contrário, já havia anunciado que iriam ao protesto*”. Faltou completar que a frente ampla do “*Superpedido de Impeachment*” abriu as fileiras das manifes-

tações para os partidos da burguesia, inclusive a movimentos direitistas, como o MBL. E que a direção do movimento cedeu a tribuna para seus pronunciamentos. É necessário assinalar que o PSTU/CSP-Conlutas assinam o “Superpedido de Impeachment”. A Folha de São Paulo informou que o presidente do diretório estadual do PSDB, Fernando Alfredo, somente não ocupou a tribuna porque havia divergência no diretório. O PSTU, assim, rasgou a máscara do “Fora Bolsonaro”, e expôs o seu real conteúdo, que é o do impeachment. Rechaça o conflito do PCO com o PSDB, defendendo: “Na luta pelo Fora Bolsonaro, ou seja, para se pôr fim a esse governo, que é praticamente um consenso (ou deveria ser) que conta com um projeto autoritário, deve-se contar com todas as forças políticas que se disponham a ir às ruas contra ele. Todos os setores, incluindo a direita democrática-liberal. É o caso, por exemplo, do PSB, que já estava nos atos e passou incólume pela fúria tresloucada do PCO. Não só é uma imbecilidade completa hostilizar o PSDB nas manifestações, como se deve fazer exatamente o contrário: exigir que todos os setores que defendem as liberdades democráticas e o fim desse genocídio participem também”. De repente, o PSDB passou a ser considerado, pelo PSTU, como parte das forças que defendem as “liberdades democráticas”.

É pura fantasia do oportunismo esquerdista acreditar em uma frente puramente de esquerda, liderada pelo PT, para afastar Bolsonaro da presidência pela via do Congresso Nacional, onde se realiza o impeachment. O embate entre o PSTU e PCO se dá sob a mesma estratégia do impeachment, com a diferença tática de que o PSTU defende a frente ampla nas manifestações de rua, e o PCO a frente restrita dos partidos reformistas e de esquerda.

Segundo os morenistas do PSTU, essa seria uma política “trotskista” para a “unidade de ação”. Está claríssimo que tal “unidade de ação” objetiva criar as condições para o impeachment, cujo resultado é substituir um governo burguês ultradireitista por outro, que pode ser de direita, de centro-direita ou de centro-esquerda. Se não for pelo impeachment, o “Fora Bolsonaro” vai concluir nas eleições de 2022. PCO procura voar com uma asa quebrada. De um lado, com a asa do impeachment e eleição de Lula; de outro, sem a asa capaz de combater no terreno do proletariado a presença dos partidos burgueses no movimento do impeachment. É pura ilusão de PCO sobre a possibilidade de erguer um poderoso movimento pelo impeachment, sem que se realize uma ampla aliança da oposição burguesa. É pura fantasia do oportunismo esquerdista acreditar em uma frente puramente de esquerda, liderada pelo PT, para afastar Bolsonaro da presidência pela via do Congresso Nacional, onde se realiza o impeachment. O embate entre o

PSTU e PCO se dá sob a mesma estratégia do impeachment, com a diferença tática de que o PSTU defende a frente ampla nas manifestações de rua, e o PCO a frente restrita dos partidos reformistas e de esquerda.

Como se vê, a contradição da política esquerdista e oportunista do PCO se manifestou nesse limitado conflito com o PSDB. E a contradição da política esquerdista e oportunista do PSTU, na descarada defesa de uma aliança, inclusive com a direita liberal, para afastar Bolsonaro do poder.

O POR vem se opondo terminantemente condicionar e canalizar as manifestações para o impeachment e as eleições vindouras. Para isso, tem sido necessário desvendar o conteúdo de classe da bandeira “Fora Bolsonaro”, que tem unido praticamente todas as correntes de esquerda. A mudança de percurso depende da intervenção da classe operária, que permanece como observadora das manifestações tipicamente da pequena burguesia democratizante. As direções sindicais e políticas mantêm o bloqueio nos sindicatos, onde ainda impera a política da passividade, rompida parcialmente em fins de maio, depois de um ano e três meses de Pandemia. O fato de o movimento iniciado em 29 de maio não ter como base o programa de defesa dos empregos,

salários e direitos trabalhistas inviabilizou a presença física do proletariado, e favoreceu o desenvolvimento da política burguesa e pequeno-burguesa do “Fora Bolsonaro”, que, finalmente, desaguou no impeachment, no “Superpedido”.

PCO não pode entender e aceitar essa linha, porque caminha cegamente por detrás da candidatura de Lula. O PSTU, por sua vez, também não pode

aceitar, porque camuflou o tempo todo sua posição de defesa do impeachment, sob a bandeira do “Fora Bolsonaro e Mourão”. As correntes, que se negaram e se negam a se constituir como programa revolucionário, não podem guiar sua política diária pela estratégia da revolução e ditadura proletárias. Estão obrigadas a se comportar como esquerda ou ultraesquerda do democratismo pequeno-burguês. Quando se veem diante de uma crise política tão profunda, caminham em ziguezague, ora pela esquerda, ora pela direita.

Na Décima Carta do POR, fazemos um chamado às correntes que se reivindicam do socialismo a romperem com a estratégia do PT e com sua aliança burguesa materializada na bandeira do “Fora Bolsonaro e Impeachment”. Chamamos para que integrem a Frente Classista e Combativa, em defesa do programa de reivindicações dos explorados, do método da ação direta e da organização independente dos explorados, diante de todas as variantes da política burguesa.



Manifesto do Partido Operário Revolucionário

3 de julho

Abaixo o governo burguês, antinacional e antipopular de Bolsonaro!

Unir os explorados em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis! Não submeter as manifestações à cpi da covid e ao jogo parlamentar e eleitoral! Fora os politiquieiros da burguesia das manifestações dos trabalhadores e da juventude oprimida! Não subordinar a luta dos explorados à aliança burguesa em torno ao impeachment! Pela independência política e organizativa das manifestações! Lutemos por um programa próprio da classe operária e da maioria oprimida! Por um verdadeiro dia nacional de luta, com paralisações e bloqueios!

O governo ultradireitista, militarista, antinacional e antipopular de Bolsonaro chegou ao fundo do poço. Está sendo responsabilizado, inclusive por importantes setores da burguesia, pelo descontrole da pandemia, por mais de 500 mil mortes e pela corrupção na compra de vacinas. A montagem de uma estrutura secreta governamental, formada por um gabinete e um orçamento paralelos, tem sido denunciada diariamente. Há ainda o escândalo do desvio de dinheiro público pelo clã de Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e seu vínculo com as milícias.

A maioria da população vê em Bolsonaro a fonte de todos os males do presente, agravados com a pandemia. O presidente de ultradireita perdeu força eleitoral, ainda que continue a contar com uma aguerrida base reacionária de classe média e de empresários nacionais. O afastamento de significativos representantes do grande capital do bolsonarismo, entretanto, indica o estado adiantado de decomposição do governo. Bolsonaro mantém a sobrevivência graças a alta classe média, latifundiários e uma fração do agronegócio, bem como, de setores do capital financeiro. Apesar do avanço da crise política, Bolsonaro ainda detém as rédeas do Congresso Nacional.

É nessas condições que a oposição burguesa e pequeno-burguesa viu a oportunidade de reerguer a bandeira do impeachment, que se encontrava a meio mastro. De maneira que se expôs o conteúdo real da bandeira "Fora Bolsonaro". O impeachment é uma resposta à crise política, que nasce nas entranhas das instituições e da política burguesa. É, portanto, uma resposta estranha à classe operária e à maioria oprimida.

A experiência do impeachment de Dilma Rousseff evidenciou, mais claramente do que o impeachment de Fernando Collor de Mello, que é um instrumento da política burguesa, contraposta à revogabilidade do mandato do presidente por

aqueles que o elegeram. Ter ou não o impeachment é uma atribuição exclusiva do Congresso Nacional, portanto, dos partidos da burguesia. A sua viabilização legislativa depende da vontade dos demais poderes do Estado, principalmente das Forças Armadas.

A mobilização da classe média se torna indispensável para configurar uma maioria parlamentar pró-impeachment. A classe operária permanece à margem. É o que demonstraram as experiências do impeachment de Collor e Dilma. O resultado é o da troca de um governo burguês que se decompõe por

A mobilização da classe média se torna indispensável para configurar uma maioria parlamentar pró-impeachment. A classe operária permanece à margem. É o que demonstraram as experiências do impeachment de Collor e Dilma. O resultado é o da troca de um governo burguês que se decompõe por outro governo burguês que recomponha a governabilidade, portanto, o domínio sobre os explorados.

outro governo burguês que recomponha a governabilidade, portanto, o domínio sobre os explorados. O impeachment de Collor deu lugar a um governo de transição, de Itamar Franco, que preparou a eleição de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Caiu Collor, mas se manteve a essência da política pró-imperialista. O impeachment de Dilma deu também lugar a um governo de transição a ditadura civil, de Michel Temer, que aplainou o caminho para a eleição do ultradireitista Bolsonaro. Como se vê, o impeachment não resolve absolutamente nada sobre a pobreza e miséria das massas. Não há, agora, como ser diferente com o impeachment de Bolsonaro.

Que governo sucederá o presidente deposto pelo impeachment? Não se sabe ainda, com toda a certeza. De nada adianta esquerdizar a bandeira do impeachment, acrescentando o "Mourão" no "Fora Bolsonaro". Essa manobra oportunista oculta uma capitulação.

A direção da CUT e o PT justificam o impeachment com o argumento de que assim se poderia constituir um governo que destravasse a economia e gerasse emprego e renda. Essa é uma promessa que os seus defensores não podem garantir, mesmo que o governo fosse do PT. A crise econômica no Brasil é parte da desintegração do capitalismo mundial. O desemprego e

subemprego são estruturais. Depois da profunda recessão, a tendência é de ocorrer uma recuperação. A intervenção dos Estados imperialistas, injetando trilhões de dólares em seus países, certamente reanimará o comércio mundial. No entanto, ficará muito aquém das condições necessárias para diminuir o desemprego e subemprego. Não abrirá um período de crescimento das forças produtivas mundiais. Prevalecerá o choque das forças produtivas altamente desenvolvidas com as relações de produção monopolistas e com as fronteiras nacionais. Prevalecerá a guerra comercial. O agigantamento do parasitismo financeiro e, com ele, as monumentais dívidas públicas, refletem a contradição entre as forças produtivas e as relações capitalistas de produção. Eis por que a tendência é a da desintegração econômica e do avanço da barbárie social.

A promessa das direções sindicais e políticas de substituir Bolsonaro por um governo que faria florescer a economia, crescer os empregos e reduzir a miséria está em completo desacordo com a realidade objetiva. Trata-se de uma ilusão, voltada a canalizar a revolta dos explorados para a política burguesa, e, assim, levá-los à renúncia da luta por suas reivindicações e pela estratégia própria de poder.

Entre os explorados, cresce o ódio ao governo de Bolsonaro. Falta-lhes, porém, uma direção revolucionária, para transformar esse ódio em luta por suas reivindicações e pela constituição de um governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado. É nessas condições históricas que o PT reformista e aliados conduzem o ódio das massas para as soluções burguesas. Aí se encontram o conteúdo político e a estratégia do impeachment.

Entre os explorados, cresce o ódio ao governo de Bolsonaro. Falta-lhes, porém, uma direção revolucionária, para transformar esse ódio em luta por suas reivindicações e pela constituição de um governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado. É nessas condições históricas que o PT reformista e aliados conduzem o ódio das massas para as soluções burguesas. Aí se encontram o conteúdo político e a estratégia do impeachment.

Não há nada de estranho e ilógico no fato de procurarem ampliar o espectro do movimento “Fora Bolsonaro”, incorporando partidos e figuras burguesas de centro-direita. A posição da direção majoritária do movimento pelo impeachment é a de deixar para trás o passado dessa gente, que em 2016 parti-

cipou do golpe de Estado contra o governo de Dilma Rousseff. Somente aos oportunistas e desavisados, causou indignação a adesão do MBL, direitista, que tanto fez para criminalizar o PT. Somente haverá o impeachment se se constituir uma unidade das principais forças burguesas que comandam o Estado.

O que as direções sindicais e políticas do movimento, que se iniciou em 29 de maio, pretendem com o “Superpedido” de impeachment é arrastar as massas para criar o apoio social a essa unidade. A fantasia pequeno-burguesa de que o movimento do “Fora Bolsonaro” poderia levar à derrubada do governo pela ação das massas desabou, diante da decisão de sua direção de abrir as portas aos partidos de direita e centro. Finalmente, ficou mais claro por que as necessidades e reivindicações dos explorados não estão na base das manifestações. A estratégia burguesa do impeachment é incompatível com a defesa de um programa de emergência próprio dos trabalhadores. As bandeiras de auxílio emergencial de R\$600,00, vacinação, saúde pública, etc. são um adorno, um disfarce à renúncia da luta pelas necessidades vitais da maioria oprimida.

Depois de bloquearem a ação das massas por um ano e três meses, as direções sindicais e políticas saem da passividade, objetivando canalizar o descontentamento da população para apoiar a pantomina da CPI da Covid-19 e atrair os partidos de centro-direita para reforçar a frente pelo Impeachment. O que significa negar as necessidades vitais dos explorados e rejeitar a organização da luta nacional pelos empregos, salários, direitos trabalhistas e proteção sanitária dos pobres e miseráveis. É preciso mudar muito a situação, para o impeachment se viabilizar. As direções sabem disso. Mas não tem problema. Os reformistas têm outra carta na manga – as eleições presidenciais. O impeachment não é tão provável que ocorra, mas de qualquer modo servirá para impulsionar a candidatura de Lula. Esses cálculos políticos condicionaram o retorno às mobilizações, já no 29 de maio.

Os discursos e lamentações sobre as mortes, a miséria e a fome são fáceis de fazer. Isso porque, diante da luta viva pelos empregos e salários, do aqui e o agora, os promotores do movimento pelo impeachment e pela disputa eleitoral querem que os famintos deixem suas reivindicações para o futuro.

A vanguarda com consciência de classe tem de lutar por uma política classista, proletária e independente das forças burguesas. A defesa das reivindicações vitais é o seu ponto de partida. É por esse caminho que as massas enfrentarão o governo Bolsonaro e a burguesia. Para mudar a orientação burguesa da manifestação, é preciso que as centrais, sindicatos e movimentos populares convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, que tenha por base o programa de reivindicação dos explorados.

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Intervenção do POR nas manifestações de 3 de julho

São Paulo

A estratégia e a tática da política burguesa prevalecem na manifestação

O ato contou com cerca de 80 mil pessoas, repetindo a massividade das manifestações anteriores, de 29 de maio e 19 de junho. A composição social não sofreu modificação, permanecendo majoritariamente de jovens provenientes da classe média. Inicialmente, estava marcado para ocorrer no dia 24 de julho, mas acabou antecipado, em função da eclosão do escândalo ligado à vacina indiana Covaxin, com seus desdobramentos a partir da CPI da Covid, particularmente a entrega do chamado “Superpedido” de impeachment. O que demonstra que a manifestação esteve condicionada pelas disputas interburguesas, no Parlamento e fora dele.

Não é à toa que a semana de preparação ao ato tenha sido marcada pela polêmica quanto à participação ou não de setores da direita e centro-direita. O anúncio do PSDB, de que integraria a manifestação, provocou discórdias. O presidente do PSOL se pronunciou, dando boas-vindas aos tucanos, chamando de “sectários” os contrários à participação. Foi seguido por outras lideranças da esquerda, todos argumentando em favor de um suposto pragmatismo, segundo o qual, para derrubar Bolsonaro, seria preciso “unir forças”, indo além das tradicionais organizações de esquerda.

As falas no carro de som giraram em torno dessa linha. Haddad e Boulos, por exemplo, fizeram intervenções inflamadas, adornadas com a denúncia do vínculo de Bolsonaro e sua camarilha com a corrupção, de maneira a preencher de conteúdo, com o impeachment, a bandeira do “Fora Bolsonaro”. Pouco se falou, de forma explícita, sobre o “Superpedido” de impeachment. O motivo principal foi o de não deixar tão explícita a subordinação do movimento às manobras políticas da oposição burguesa por meio da CPI. Mas não era preciso que a direção do movimento se mostrasse tão agarrada à frente ampla do “Superpedido”, que incluiu, inclusive, representantes da ultradireita.

Esses aspectos já se encontravam nos cálculos políticos das direções, de maneira que o entrelaçamento entre o impeachment e os arranjos eleitorais não pode ser negado. O impeachment de Bolsonaro não está dado, até agora, não só pela falta dos votos necessários no Congresso, mas pela ausência de um alinhamento dos demais poderes em torno ao afastamento do presidente, mais precisamente, alinhamento do Judiciário e das Forças Armadas. A oposição burguesa e pequeno-burguesa, liderada pelo PT, está ciente disso. Eis por que a direção do movimento procura limitar suas pressões para que mude a correlação de forças entre o governo e a oposição no interior das instituições do Estado e no meio empresarial. Há que considerar ainda que, para o PT, o objetivo principal é o de continuar com a polarização entre Bolsonaro e Lula, já que o candidato petista está muito à frente nas pesquisas eleitorais e, por outro lado, há uma fração da oposição burguesa antipetista que avalia o afastamento de Bolsonaro como uma forma de dissolver essa polarização, e constituir outra. Nota-se um entrelaçamento contraditório de interesses eleitorais no terreno oposicionista do impeachment.

Sob a bandeira do “Fora Bolsonaro”, se desenvolvem conflitos táticos entre os vários partidos de esquerda. Há aqueles que pretendem constituir uma frente ampla pelo impeachment, levando em conta os resultados da CPI da Covid, e a unidade alcançada na elaboração do “Superpedido”. E aqueles que en-



tendem que a bandeira do “Fora Bolsonaro e Impeachment” tem de se manter exclusivamente nas mãos das esquerdas, que tem como pivô o PT e a candidatura de Lula. A subordinação do ato do dia 3 de julho ao “Superpedido” indicou que a primeira variante é esmagadoramente majoritária. O problema está em como acomodar os interesses eleitorais de uma frente tão ampla pelo impeachment. O PT e sua frente sabem que os aliados de última hora são adversários da candidatura de Lula. Há também uma certa rejeição das bases do próprio PT, em trazer para o movimento partidos como o PSDB e organizações que promoveram o impeachment de Dilma, como é o caso do MBL. O conflito de PCO com os agentes do PSDB na manifestação é um reflexo das diferenças táticas para levar adiante a mesma estratégia burguesa de afastar Bolsonaro pelo impeachment e reconduzir Lula à presidência da República. Em geral, a manifestação ficou nitidamente condicionada às manobras que vêm sendo desenvolvidas no interior da oposição burguesa, em torno ao objetivo de resolver a profunda crise de governabilidade, e evitar um levante das massas contra a burguesia e seu Estado.

O POR vem lutando para que essa diretriz política, ditada pelo PT e aliados, não se cristalice, e leve o movimento, iniciado em 29 de maio, a se dissolver no interior das disputas eleitorais. A condição para evitar esse desastre político é quebrar as travas que têm impedido a intervenção da classe operária. A direção estabeleceu uma linha divisória entre os sindicatos e partidos políticos. Cabendo aos partidos promoverem o movimento do “Fora Bolsonaro e Impeachment”. Essa divisão indica que os sindicatos não mobilizarão a classe operária em luta por um programa próprio de reivindicações. De maneira que não se erga um movimento proletário e de maioria oprimida, partindo de suas reivindicações vitais, que se contrapõem à brutal exploração capitalista, e às medidas antinacionais e antipopulares do governo Bolsonaro.

O POR e a Frente Classista e Combativa se destacaram nas manifestações, levantando as reivindicações de emprego, salário, direitos trabalhistas e vacinação universal. As esquerdas, que se abrigaram sob a bandeira petista do “Fora Bolsonaro”, vêm negando-se terminantemente em defender o programa próprio dos explorados. Assim se passa, por que estão politicamente sob a estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro e Impeachment”. Essa linha da esquerda centrista se choca com a linha do POR, precisamente,

na diferença de classe da estratégia. O proletariado é a única classe capaz de derrubar com seus métodos próprios de combate o governo ultradireitista, antinacional e antipopular de Bolsonaro. As direções sindicais e políticas que controlam as manifestações são os principais responsáveis pela ausência da classe operária nas manifestações. E assim são as principais responsáveis por não

se unir a maioria oprimida sobre a base de um programa próprio. É nesse terreno de luta contra a estratégia burguesa e a política de colaboração de classe que a vanguarda consciente trava o combate pela independência de classe dos explorados. Essa é a essência do balanço dos acontecimentos em São Paulo, mas que se estende a outras manifestações de 3 de julho.

São Paulo Pronunciamento do POR na concentração

Estamos aqui, mais uma vez nas ruas, para lutar contra esse governo genocida, facistizante, militarista de Bolsonaro. Mas, se enganam aqueles que acreditam que Bolsonaro é o único problema. Bolsonaro é só mais um problema que nós temos de enfrentar.

Lutamos para derrubar o governo Bolsonaro. Não pelo impeachment, que substitui um governo burguês por outro governo burguês. Mas, sim pela ação das massas, e não pelo Congresso Nacional. A burguesia, os governantes, o Congresso Nacional e o STF são os responsáveis pela mortandade de mais de meio milhão de brasileiros, pela Pandemia, pela fome e miséria.

Camaradas, estamos aqui para mostrar e falar em alto e bom tom que existem duas políticas nessa manifestação. É a política da conciliação, reformista e pacifista, que vem desviando o movimento para saídas burguesas, seja do impeachment, seja das eleições. É a política de derrota. Outra política é a proletária, que defende a luta pelas reivindicações vitais, emprego, salário, direitos trabalhistas e vacinação universal. Essa política se apoia na ação direta, greves, piquetes, bloqueios e manifestações de rua. Essa política se choca com a burguesia, Bolsonaro, governadores e Congresso Nacional.

Alguns companheiros estão indignados com a presença, nessa manifestação, de partidos da direita, como o PSDB. Reafirmamos que essa frente ampla que se constituiu é consequência da bandeira “Fora Bolsonaro e Impeachment”, que, para se materializar, depende da “união de todos os partidos que se dizem democráticos”. Alguns diziam que era preciso colocar a direita para correr da manifestação. É muito fácil colocar a direita para correr. Basta levantar um poderoso movimento em defesa das reivindicações dos trabalhadores, contra as privatizações e pelo fim das contrarreformas.

O POR intervém na manifestação, juntamente com a Frente Classista e Combativa, portando as bandeiras do proletariado e em defesa de um programa próprio dos explorados, que estão expressos em nossas faixas, cartazes e no Manifesto.

Rio de Janeiro / A manifestação demonstrou a necessidade de construir o Partido Operário Revolucionário (POR)

A manifestação no Rio, dessa vez, foi quase do mesmo tamanho da anterior. As colunas estavam bem organizadas, e preponderou o “Fora Bolsonaro”, ainda que nem todos apresentassem claramente seu conteúdo, o impeachment. Alguns sindicatos também se organizaram em colunas. O Sepe esteve presente, com faixas, mas ainda em pequeno número, a maioria da regional 5, de Maricá. Os partidos da burguesia, como PSB e PV, estiveram presentes apenas com cabos eleitorais, em geral pagos para carregar as bandeiras. O PDT compareceu com faixa lembrando os seus líderes falecidos. Marcelo Freixo, pela primeira vez, apareceu na manifestação pelo PSB. O POR, que se vem organizando no estado, interveio com a política proletária, claramente contraposta à burguesa e pequeno-burguesa.

Dessa vez, a direção tentou controlar os manifestantes, usando um imenso carro de som. A ideia era tentar transformar a manifes-

tação em um comício. No entanto, outros carros de som menores, vinculados aos partidos e sindicatos disputavam a atenção. Uma disputa, simplesmente, de aparatos.

Na manifestação, começam a aparecer aqui e ali trabalhadores, coletivos negros e indígenas, mas é ainda composta essencialmente da pequena burguesia, estudantes e servidores públicos. Repete-se, assim, o principal problema desse movimento, a ausência da classe operária organizada, com suas próprias reivindicações, pelos empregos, salários, contra a carestia de vida, etc., o que permitiria modificar a orientação geral do movimento. Sem isso, segue prevalecendo a saída institucional de troca de um governo burguês por outro. A ausência de uma direção revolucionária favorece o avanço da política burguesa e do oportunismo de esquerda. As experiências das manifestações no Rio mostram a necessidade de construir o POR.

São Paulo PRONUNCIAMENTO DO POR NO CARRO DE SOM

Companheiros e companheiras. Hoje, quando passamos de 520 mil mortos pela Pandemia, e logo depois de ter sido entregue o “Superpedido de Impeachment”, não restam mais dúvidas sobre a bandeira do “Fora Bolsonaro”, que é a de substituir Bolsonaro pela via do impeachment, ou pelas eleições de 2022.

O Partido Operário Revolucionário vem mostrando que, nessas manifestações, estão presentes duas políticas. A política das direções sindicais e políticas do “Fora Bolsonaro e Impeachment”, e a dos explorados, expressa pelo POR na defesa das condições de vida da maioria oprimida e dos métodos da ação direta. A política do impeachment é a que desvia o descontentamento dos trabalhadores para o beco sem saída da via institucional e da subordinação ao Congresso Nacional oligárquico e corrupto. Essa via tem como tática a frente ampla, unidade com partidos da burguesia. A política do proletariado, ao contrário, se apoia inteiramente na organização coletiva, na democracia operária e na independência diante dos partidos e governos burgueses. E tem como ponto de partida a defesa das reivindicações mais sentidas dos explorados. Por esse caminho, será possível lutar pela estratégia própria de poder, materializada no governo operário e camponês, resultado da revolução social.

Recife**Intervenção do POR se chocou com as das direções sindicais e políticas**

No Recife-PE, milhares de pessoas marcharam, da Praça do Derby à avenida Guararapes. A linha política que se destacou na manifestação foi a de denúncia da corrupção em torno à vacina, expectativa no impeachment e candidatura do ex-presidente Lula. Tal fato foi expresso nos materiais propagandísticos utilizados por diversas pessoas e correntes. Vereadores(as) do Recife se utilizaram do espaço para potencializar as bandeiras eleitoreiras na luta contra os ataques sofridos pelos explorados e oprimidos, direcionando a luta para o campo da democracia burguesa.

Devido à chuva, não foi possível montar a banca para venda dos materiais POR. Porém, tal fato não limitou a presença do POR na manifestação, que atuou com distribuição de manifesto, bandeiras, fala no carro de som, e com “pirulito” com palavras de ordem. Marchou junto aos companheiros da FOB, procurando ecoar as palavras de ordem classistas. A atuação

do POR se diferenciou das demais correntes, pois, levantou como bandeira a luta por emprego, salário, por vacinação universal, começando pelos miseráveis, além de fazer a denúncia da farsa das eleições burguesas, e de que não é o impeachment que vai resolver os problemas dos explorados e oprimidos, mas sim a luta organizada e combativa com independência de classe.

A fala do POR expressou a necessidade de derrubar o governo, a partir das reivindicações dos explorados: emprego, salário, direitos e vacinação. Após um ano e três meses de passividade, o aumento do desemprego, da miséria e da mortalidade só mostrou que as medidas burguesas para resolver a crise sanitária não atendem às necessidades da maioria. O “fique em casa” somente desorganizou e desarmou os explorados. As medidas dos governos, Congresso Nacional e partidos burgueses serviram apenas para atacar

ainda mais os direitos trabalhistas, e de nada serviram para proteção dos empregados. Por isso, é obrigação das centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais, retomar os métodos de luta próprios da classe operária. É urgente a retomada das assembleias presenciais e das plenárias para construção dos comitês de luta. Os problemas de aumento do custo de vida, fechamento das fábricas, redução de salários e extinção de direitos não serão resolvidos com troca de governo burguês, expressa no “Fora Bolsonaro”. É preciso responsabilizar a burguesia, o Congresso Nacional e os partidos capitalistas pelo apodrecimento do governo Bolsonaro. Levantar as bandeiras e os métodos dos explorados é a única forma de aproveitar consequentemente a disposição de luta das massas. Que o dia 3 de julho não seja uma data isolada, que as direções sindicais se coloquem por um Dia Nacional de Luta, com paralisação da produção.

Ceará**Combater a política de colaboração de classes, e lutar pelas reivindicações e métodos da classe operária**

O ato foi o mais massivo de todos os realizados, até aqui. No Ceará, ocorreram em 16 cidades, e reuniu um contingente massivo de setores da classe média arruinada, funcionalismo e juventude oprimida. A classe operária, como nas manifestações anteriores, esteve ausente, à exceção dos poucos dirigentes sindicais. Tal como no dia 19/06, o ato foi convocado pelas centrais sindicais, Frente Povo na Rua e Frente Brasil Popular, e esteve sob a estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro” e “Impeachment”.

A mudança do local de concentração para a praça onde, tradicionalmente, se reúnem bolsonaristas e ultradireitistas, foi explicada como necessária para buscar aproximação dos setores da classe média alta. Nos dias anteriores, o debate sobre a participação de partidos burgueses nas manifestações, e a constituição de uma ampla frente antibolsonarista foi bem recebida, até mesmo pelas correntes mais à esquerda.



O “Superpedido de Impeachment” escancarou o conteúdo político do “Fora Bolsonaro”, ao mesmo tempo que serviu para alinhar quase todas as esquerdas pequeno-burguesas, dos centristas aos estalinistas, à estratégia de substituir um governo burguês por outro, no Congresso. As reivindicações mais sentidas dos explorados, como emprego a todos, redução da jornada sem redução de salário, direitos trabalhistas, salário vital e vacinação universal, como ponto de partida para mobilizar a classe operária contra os governos e capitalistas, foram ignoradas pela maioria das correntes e movimentos.

O POR interveio no ato com banca, panfletagem, bandeiras, faixas e palavras de ordem. Reuniu contatos, e conformou o bloco classista, juntamente com a FOB e GEAP. Levantou alto a bandeira da independência de classe, a da estratégia de um governo próprio dos explorados (governo operário e camponês) e a necessidade de erguer os comitês de base.

A tarefa colocada pelo momento é a de combater, com todas as forças, a política de colaboração de classes, e lutar no interior dos movimentos por uma resposta proletária para a decomposição do governo ultradireitista. A ausência do proletariado como direção física e política das massas, que ganham as ruas, em razão da profunda crise econômica e da mortalidade pandêmica, mostra a urgência de ganhar uma fração do proletariado para a política revolucionária marxista-leninista-trotskista.

Rio Grande do Norte / Natal

Eis a principal tarefa: unir empregados e desempregados e ganhar as ruas

Mais uma vez, a juventude oprimida e a classe média arruinada compareceram à manifestação contra o governo Bolsonaro. O ato repetiu o local de concentração dos anteriores, e contou cerca de 3.000 pessoas, um número um pouco menor que o do ato anterior.

Repetindo o que ocorreu no dia 29 de maio, a finalização do ato se deu na altura da Igreja Universal, a partir da avaliação da coordenação burocrática de que o ato estava “esvaziado”, o que gerou novamente a insatisfação dos manifestantes, que esperavam que o ato continuasse até o Natal Shopping.

Mais uma vez, a classe operária não esteve presente no ato. Não houve assembleias, nem paralisações. As centrais e sindicatos continuam com sua política de conciliação de classes, mesmo que os ataques da burguesia estejam escancarados, como podemos ver com o aumento do gás de cozinha, do combustível, da energia e do preço da cesta básica.

No ato, havia os blocos dos partidos, com uma participação menor de manifestantes independentes. A bandeira que predominou foi a do “Fora Bolsonaro”, ao lado das denúncias de corrupção do governo.

A reivindicação do “Fora Bolsonaro” não é capaz de atrair a massa dos explorados e generalizar o movimento para os bairros pobres e as fábricas. Para isso, é necessário que o movimento

levante as reivindicações dos explorados, como estabilidade no emprego, readmissão dos demitidos, reajustes de acordo com a inflação, aumento da frota de ônibus, etc. O “Fora Bolsonaro” serve tão somente para subordinar o movimento às disputas interburguesas no Congresso Nacional, e para forjar uma aliança com a direita burguesa, em torno do impeachment de Bolsonaro.

O POR participou do ato compondo um bloco com a FOB, defendendo as reivindicações dos explorados, e distribuindo uma nota conjunta. Também atuou com manifesto próprio, e com uma fala no carro de som. Eis algumas passagens:

“O Partido Operário Revolucionário defende que é preciso lutar pelas reivindicações dos trabalhadores e dos oprimidos. Essa organização tem de se dar por meio das assembleias e dos comitês de base. Se os movimentos e as centrais continuarem desviando a força dos oprimidos para o parlamento, para a disputa interburguesa e para as eleições burguesas, nosso movimento fracassará. Os oprimidos precisam sentir nas ruas as suas reivindicações de emprego, terra e programa emergencial próprio. Sabemos que o capitalismo só traz fome e miséria e, para se manter, precisa atacar cada vez a vida dos explorados. Companheiros, é preciso que as centrais e sindicatos sejam colocados a serviço da organização da luta coletiva da classe operária e dos demais explorados. Daí a importância das assembleias e da constituição dos comitês de base, para unir empregados e desempregados, para ganhar as ruas e preparar a greve geral”.

Mossoró

Direções sindicais e políticas cancelam a manifestação de rua para recepcionar a governadora petista

Em Mossoró, as direções fizeram corpo mole, e não realizaram o ato de rua pelo “Fora Bolsonaro”. No dia 03, pela manhã, o PT fez um chamado em torno da recepção da governadora do estado Fátima Bezerra (PT), a mesma que diminuiu os salários dos servidores estaduais, ao aumentar a contribuição da Previdência. Os servidores da UERN, só para citar uma categoria, estão, há cerca de 10 anos, sem nenhuma atualização salarial.

As outras direções sindicais, a exemplo das dirigidas pelo PSOL, não tiveram força para convocar um ato, no período da tarde. A direção da Aduern, que se propõe “independente”, realizou uma adesivação, por “coincidência”, justamente na manhã do dia 03. Na verdade, a direção da Aduern quis matar dois coelhos com uma cajadada só: dirá que sua adesivação foi um sucesso, ao aproveitar a militância petista que estava por ali, e alguns de seus membros poderiam depois participar da recepção à governadora, discretamente.

Na cidade, o boletim Nossa Classe RN foi distribuído em fábricas, colocando a necessidade da classe operária se incorporar na luta, com suas próprias reivindicações.

Amazonas

Manifestações perderam força

Somente três cidades voltaram a realizar manifestações no Amazonas: Manaus, Parintins e Humaitá. Novamente, foram atos com estudantes e professores, sobretudo, da UFAM.

Em Manaus, com participação de populares, e de organizações, a exemplo da UNE e de sindicatos de trabalhadores da Educação, o ato na Praça da Saudade, região central, contou com alguns shows. Mas, não foi mais cheio do que os atos anteriores. As faixas e cartazes ressaltavam a questão do “Fora Bolsonaro”, impulsionado pelas denúncias da CPI, como tentativa de compra superfaturada de vacinas, além de faixas sobre a questão indígena, atingida pela Pandemia e pelo avanço do desmatamento e da PL 490, que acabará com a demarcação atual de terras.

Nas duas cidades do interior, Parintins e Humaitá, os atos foram menores. Com os campi universitários fechados, o poder de mobilização destas cidades é muito pequeno. Em Humaitá, como antes, manteve a discussão em praça pública, dando destaque para as reivindicações e a necessidade de romper a política de apenas desgaste do governo. Foi distribuído o manifesto do POR, e as falas dos participantes buscaram ressaltar a necessidade de erguer uma luta ainda maior para derrubar o governo e lutar contra o desemprego, a fome e a eliminação dos direitos.

Rondônia**NADA DE CORPO-MOLE****Todo esforço na convocação dos explorados**

As manifestações não foram bem convocadas. O PT e partidos aliados, centrais, sindicatos, entidades estudantis e de professores fizeram o chamado, principalmente, pelas redes sociais. O que resultou em pouca participação. Foi o que ocorreu com o ato político na Praça da Matriz, em Rolim de Moura. A militância porista interveio por meio da distribuição do Manifesto e com suas faixas.

Em Porto Velho, a convocação para a manifestação também foi por redes sociais. A burocracia sindical justificou que a antecipação do ato, de 24 para 3 de julho, implicou a dificuldade de organização. O fato é que se limitou a dirigentes sindicais e políticos, engajados na campanha do “Fora Bolsonaro”. E a repetir a uma passeata, seguida por uma carreata. Apesar da bandeira “Fora Bolsonaro” ser majoritária, o POR e o agrupamento maoísta levantaram as bandeiras de “Abaixo o governo militar e genocida de Bolsonaro”, e contra o eleitoralismo.

O POR atuou com o Manifesto nacional e com a fala, que



se centrou na defesa de um Dia Nacional de Luta, com paralisação e bloqueios. Rechaçou a submissão das manifestações ao jogo parlamentar, eleitoral e à CPI. E ressaltou a importância da organização dos explorados, por meio das assembleias presenciais e dos comitês de base, para lutar por suas reivindicações vitais, emprego, salários, direitos trabalhistas e saúde pública.

Rio Grande do sul**Predominou a passividade das direções sindicais e políticas**

No horário marcado para o início da concentração no largo Glênio Peres, todas as bandeiras das correntes de esquerda já se encontravam posicionadas em volta do carro de som, que sempre dita o rumo das manifestações. Durante uma hora, ouvimos as mesmas falas dos outros atos, que atribuíam às manifestações o caráter de luta da vida contra a morte, do amor contra o ódio, da democracia contra o fascismo. Desta forma, serviram de base ao “Fora Bolsonaro”.

Em seguida, começou a caminhada. Dessa vez, o número de manifestantes foi, no mínimo, o dobro do ato anterior. Uma imensidão de gente cami-

nhando em silêncio por 5 km, ouvindo as paródias chistosas contra Bolsonaro, compostas pelos militantes das diversas correntes. A passividade predominou, novamente.


Os partidos de direita, se apareceram, ficaram escondidos. Não se manifestaram com bandeiras ou faixas. Sem que metade dos manifestantes tivesse chegado ao ponto final da caminhada, os organizadores já tinham se retirado com o carro de som e suas bandeiras. A ordem era para dispersar logo a manifestação.

A composição social não sofreu alterações, permanecendo a predominância do funcionalismo público e estudantes.

Ao invés de palavras de ordem em defesa das condições de vida da maioria oprimida, ocorreram as demonstrações teatrais, que encenavam o velório com pessoas fantasiadas de morte. Tratou-se de uma manifestação passiva e inteiramente sob o controle da política das direções reformistas.

A tarefa para a vanguarda com consciência de classe é a construção do POR. Isso por que o partido revolucionário tem sido a única corrente de esquerda a comparecer nas manifestações nacionais levantando as bandeiras mais sentidas dos explorados. Bandeiras que se chocam com a política reformista e centrada do “Fora Bolsonaro e Impeachment”.

R\$ 15




Lições da Comuna de Paris
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



**Novo
Coleção
Editorial**



NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!

Boletim Nossa Classe

Os militantes do POR estiveram nas portas de fábricas distribuindo o Boletim Nossa Classe, que convocava para as manifestações de 3 de julho. Reproduzimos abaixo:

Todos à manifestação de 3 de julho, sábado, na Avenida Paulista! Lutemos por nossos empregos, salários, direitos trabalhistas e saúde! Que os sindicatos organizem a participação na manifestação de 3 de julho

A manifestação de 29 de maio quebrou a passividade das direções sindicais e políticas, que se negavam a organizar a luta coletiva. Em seguida, a manifestação de 19 de junho foi ainda mais massiva. A volta das mobilizações de rua mostrou que foi um erro das direções sindicais bloquearem o movimento durante um ano e três meses. A classe operária e os demais trabalhadores não podiam ficar à espera de bons resultados das medidas dos governantes e dos patrões, de combate à Pandemia. Hoje, já são mais de 500 mil mortos.

Voltamos às ruas, depois que a calamidade social chegou a uma montanha de mortos. Mais ainda: o desemprego cresceu, os salários encolheram, e os direitos trabalhistas foram eliminados. Assim, avançaram a miséria e fome. Até agora, a maioria da população continua à espera da vacinação. É contra esse enorme sofrimento da população explorada que temos de ganhar as ruas.

O Boletim Nossa Classe defende e trabalha para que os sindicatos e as centrais unifiquem os trabalhadores em um grande movimento nacional pelos empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação para todos, a começar pelos po-

bres e miseráveis. Nas manifestações de 29 de maio e 19 de junho, levantamos os cartazes, faixas e distribuimos um Manifesto, exigindo dos governantes e do patronato a imediata abertura de empregos, readmissão dos demitidos na Pandemia, redução da jornada sem reduzir os salários, estabilidade no emprego, e um auxílio emergencial que cubra de fato as necessidades da família desempregada e subempregada. E defendemos que os sindicatos unificassem os empregados e desempregados, para ganhar força massiva para lutar por esse programa próprio dos trabalhadores.

Agora, o Boletim Nossa Classe volta às fábricas e outros locais de trabalho, para convocar os operários e demais trabalhadores a participarem da manifestação de 3 de julho, na Av. Paulista. Defende que os sindicatos convoquem assembleias, para discutir as reivindicações e para preparar nossa participação como classe operária organizada.

Companheiros, lutemos pelos nossos empregos, nossos salários, nossos direitos trabalhistas e nossa saúde. Lutemos com nossas próprias forças. Todos à manifestação de 3 de julho, sábado, na Av. Paulista.

A classe operária tem de participar bem organizada da manifestação

Milhares de pessoas foram às manifestações de 29 de maio e 19 de junho, em todo o país. Na primeira, 80 mil ocuparam a Av. Paulista. Já na segunda, 100 mil. A imensa maioria foi de trabalhadores e jovens da classe média, que sofrem com a Pandemia e a crise econômica.

A participação operária deixou muito a desejar. Poderia ser bem grande, se os sindicatos convocassem assembleias, discutissem as reivindicações, e organizassem as caravanas. Ocorre que os assalariados, demitidos, desempregados e subempregados vão à luta por seus empregos, salários, direitos, auxílio emergencial, vacinação e saúde pública. Esse é o ponto de partida para lutar contra o “negacionismo”, o desprezo e os ataques de Bolsonaro à vida das massas trabalhadoras.

Os operários que estão sofrendo na carne com a crise

do capitalismo em decomposição não vão correr atrás de disputas eleitorais e de interesses políticos mesquinhos dos partidos comprometidos com a política burguesa. Mas vão combater, desde os locais de trabalho até as ruas, por suas reivindicações e contra todas as medidas antinacionais e antipopulares do governo Bolsonaro e do Congresso Nacional, controlado pelos bolsonaristas.

O Boletim Nossa Classe, do Partido Operário Revolucionário (POR), vem lutando para que as direções sindicais deixem de correr atrás de eleições e organizem o movimento pelos empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação para todos. Tem trabalho para que se construa a unidade operária, camponesa e da classe média empobrecida contra o governo burguês, militarista e antipopular de Bolsonaro.

Que as manifestações aprovelem uma Carta de Reivindicações da classe operária e demais explorados

É preciso unir os milhares de manifestantes, em todo o país, em torno a uma Carta de Reivindicações, exigindo seu cumprimento pelos governantes e patronato.

Nós, assalariados, desempregados e subempregados, temos arcados com as terríveis consequências da Pandemia e da crise econômica. A imensa maioria dos 500 mil mortos é de pobres e miseráveis.

A lenta vacinação não permite uma rápida proteção a nós trabalhadores, que temos de sair de manhã, tomar os transportes superlotados e voltar à noite, sabendo que podemos ter sido contaminados, que a Saúde pública não consegue atender a todos, e que o número de mortos continua alto. Vimos que o isolamento social serviu apenas a uma pequena parcela da população. O miserável auxílio emergencial de R\$600,00 acabou sendo reduzindo a uma média de R\$ 250,00, que não dá para comprar nem metade de uma cesta-básica. Inúmeras fábricas e estabelecimentos comerciais e de serviços foram fechados. Os patrões aproveitaram a Pandemia para reduzir os salários, usando a MP 936.

Assim, somos milhões de desempregados e subempregados; e milhões que tiveram perdas salariais. Para agravar essa situação, a inflação e a alta do custo de vida têm diminuído nosso poder de compra.

Esses são os problemas que atingem a imensa maioria trabalhadora. Por isso, exigimos dos governantes e do patro-

nato imediatas medidas de proteção dos nossos empregos, dos salários, dos direitos e da saúde. Exigimos uma proteção real dos desempregados e subempregados.

Sáimos às ruas, em defesa dessa Carta de Reivindicações:

1. Imediata vacinação de toda a população, sob o controle das organizações operárias, populares e camponesas;
2. Readmissão de todos os demitidos durante a Pandemia;
3. Fim de todas as medidas emergenciais do governo e do Congresso Nacional, que reduziram os salários, suspenderam contratos e eliminaram direitos trabalhistas;
4. Decretar imediatamente um auxílio emergencial, não menor que o salário mínimo calculado pelo Dieese, para uma família de 4 pessoas;
5. Fim dos despejos e pela construção imediata de moradias populares;
6. Abertura imediata de empregos, reduzindo a jornada de trabalho, sem reduzir os salários. E estabilidade no emprego;
7. Estatização das fábricas fechadas, readmissão de todos os demitidos e controle operário da produção.

Essas medidas, de conjunto, protegem a vida da maioria oprimida, que vem recebendo o impacto devastador da Pandemia e da desintegração econômica do capitalismo.

Abaixo o governo burguês, direitista, antipopular e antinacional de Bolsonaro

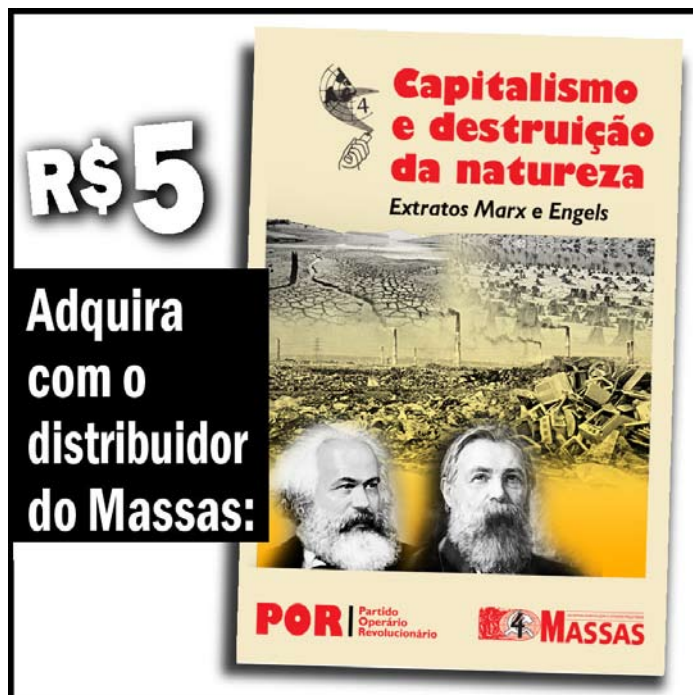
Está mais do que claro que o governo de Bolsonaro é um dos maiores responsáveis pela mortandade causada pela Pandemia. A população assistiu aos ataques do presidente da República às medidas do isolamento social e à tentativa dos governadores de agilizarem a vacinação. Diante disso, Bolsonaro foi taxado de “negacionista” e “genocida”. Isso quer dizer que assumiu uma posição política de rejeição a qualquer medida, ainda que limitada e tardia, de defesa da vida das massas, atingidas pela Pandemia.

Sabemos que Bolsonaro agiu dessa maneira para proteger os interesses dos capitalistas e de seu próprio governo. Os seus opositores burgueses não foram capazes de arrancá-lo do poder. Agora, Bolsonaro se afunda na corrupção, que tanto disse combater. Não era preciso uma CPI do Covid, para comprovar a responsabilidade de Bolsonaro pela catástrofe em que está mergulhado o país.

O Boletim Nossa Classe defende que a luta contra Bolsonaro é parte da luta contra a burguesia exploradora. Não se pode separar um do outro. Está aí por que as manifestações, que se iniciaram no dia 29 de maio, não podem ser submetidas às brigas internas dos partidos da burguesia no Congresso Nacional.

O impeachment para resolver a crise política não é o caminho da luta operária para pôr abaixo o governo burguês esfomeador do povo. O caminho é o de se levantar pelas reivindicações da maioria oprimida, contra o governo e a burguesia que o sustenta.

Em defesa do programa de reivindicações dos explorados! Abaixo o governo militarista, antinacional e antipopular de Bolsonaro! Por um governo operário e camponês, conquistado pelos explorados em luta!



R\$5

Capitalismo e destruição da natureza
Extratos Marx e Engels

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR | Partido Operário Revolucionário

4 MASSAS

Recife

Ato contra o Marco Temporal

No dia 30 de junho, ocorreu o ato contra o Marco Temporal, convocado pela Associação de Indígenas em Contexto Urbano. Mesmo sob chuva, compareceram algumas dezenas de jovens. O POR esteve presente, levando seu chamado à organização independente e à unidade dos explorados do campo e da cidade. Notou-se a presença de ilusões democráticas. A fala do POR se distinguiu, porque partiu da caracterização de que, se tem um segmento dos oprimidos que não pode confiar no Estado burguês, são os indígenas, pois, desde a invasão portuguesa, esses povos combateram e foram massacrados, e sobre seu sangue foi erguido esse Estado burguês. Mesmo as experiências recentes na América Latina desautorizam as ilusões, até o governo de Evo Morales, na Bolívia, oriundo do movimento camponês-indígena, ao manter a propriedade privada, manteve a opressão para garantir os interesses econômicos de empreiteiras e mineradoras. É necessário aprender com as experiências passadas de autodefesa e auto-organização. Saber que, para combater a ofensiva anti-indígena atual, será necessário forjar a unidade com os camponeses pobres e o proletariado nas cidades. Para isso, é preciso exigir das direções das centrais sindicais



e movimentos populares que ergam uma luta de fato, em torno às reivindicações mais sentidas das massas de empregos, salários, direitos e vacina, mas também da entrega das terras aos camponeses pobres e indígenas. A fala concluiu com o chamado a lutar pela real autodeterminação indígena, que será conquistada pela luta da maioria oprimida, como parte da revolução proletária.

Nota do POR sobre o PL 490

Indígenas em luta contra o marco temporal

Desde 8 de junho, cerca de 850 indígenas de 50 povos protestam em Brasília, no Levantem pela Terra, acampamento e movimento contra a aprovação do Projeto de Lei 490/2007, que atende aos interesses dos ruralistas, garimpeiros, madeireiras e mineradoras. O projeto cria um “marco temporal”, exigindo a comprovação de posse da terra pelos indígenas na data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988; permite a exploração econômica de terras indígenas por terceiros, por meio de “contrato de cooperação” entre índios e exploradores para atividades econômicas; e possibilita contato com povos isolados, “para intermediar ação estatal de utilidade pública”, a exemplo da construção de rodovias, hidrelétricas e exploração de outros recursos. O PL também tem como objetivo restringir o “usufruto” dos indígenas, em relação às áreas cuja ocupação “atenda a relevante interesse público da União”. Além de violar o direito dos indígenas sobre suas terras.

O marco temporal servirá para inviabilizar a demarcação de novas terras indígenas. Além disso, o projeto propõe que o Estado possa retomar áreas reservadas aos indígenas, quando se verificar “alteração dos traços culturais da comunidade ou por outros fatores ocasionados pelo decurso do tempo”, o que não passa da permissão para tomar terras atualmente demarcadas.

O PL, cuja tramitação havia sido barrada em 2009, voltou a tramitar. Em 22 de junho, a sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) foi interrompida, após protestos indígenas e forte repressão. A votação, porém, ocorreu no dia

23 de junho, quando o projeto foi julgado constitucional pela CCJ, tendo caminho aberto para seguir tramitando na Câmara e Senado. A linha da oposição era a de pedir que a CCJ aguardasse a decisão do STF sobre o marco temporal, que seria retomada em 30 de junho. Trata-se do caso do território indígena (TI) Ibirama-Laklãnõ, onde vivem povos Xokleng, Guarani e Kaingang, em Santa Catarina. A decisão do Supremo terá validade para todos os processos semelhantes, em todas as instâncias do judiciário. Se o STF se posicionar contra o marco temporal, cerca de 310 terras indígenas deixarão de ter esse obstáculo à demarcação. Se a decisão aceitar o marco temporal, além de travar novas demarcações, haverá pedidos de anulação e tomada de territórios já demarcados. O STF adiou para agosto a nova votação, diante disso, a Associação dos Povos Indígenas do Brasil, APIB, prometeu manter as mobilizações, e intensificar quando a questão voltar a ser apreciada pelo STF.

Junto com a aprovação do PL na CCJ, houve a queda do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e a nomeação do novo, cuja família é envolvida em disputas de terra com o povo Guarani, no Jaraguá, em São Paulo. Os atos transbordaram Brasília e passaram a ocorrer em vários estados. No dia 30 de junho, houve atos em mais de dez estados. Houve presença de indígenas e suas reivindicações no ato de 3 de julho.

Ano após ano, os relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT) denunciam o aumento de conflitos e assassinatos de indígenas no Brasil. A expansão das fronteiras agrícolas que acompanhou o crescimento do agronegócio, sob os governos

do PT, trouxe consigo os conflitos com aqueles que ocupavam originariamente essas terras. O alinhamento dos ruralistas com o golpe foi bem recompensado pelas novas legislações, aprovadas sob os governos Temer e Bolsonaro. Soma-se a isso a entrega do Ministério do Meio-Ambiente ao controle direto do agronegócio e madeireiras, e o esvaziamento e militarização, do IBAMA e FUNAI. De janeiro a outubro de 2020, 60% das terras indígenas foram atingidas por mais de 100 mil focos de incêndio. Em 2020, a CPT registrou 178 ocorrências de invasão de territórios indígenas, atingindo 55.821 famílias. Da violência contra a pessoa, 54,5% do total foi de indígenas, em sua maioria na região amazônica. O governo Bolsonaro acoberta e estimula a ação dos garimpeiros, fazendeiros e madeireiros.

A ofensiva da burguesia e seu Estado

O Estado burguês no Brasil se ergueu por cima do massacre dos povos indígenas. Seja no período colonial, mas também após a independência formal. Sob a ditadura militar, foi grande a violência. Bolsonaro se apresenta como herdeiro e continuador desse período. Segundo o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, entre 1964 e 1985, ao menos 8.350 indígenas foram mortos em massacres, esbulho de suas terras, remoções forçadas de seus territórios, contágio por doenças infectocontagiosas, prisões, torturas e maus tratos. Desses casos, 434 foram considerados como vítimas de graves violações de direitos humanos, por parte do Estado.

Sob a redemocratização, houve a inserção na Constituição de parágrafos referentes a direitos indígenas, dentre eles, a demarcação de suas terras. A implementação da lei sempre esteve condicionada por poderosos interesses econômicos. Sob o governo Dilma, por exemplo, para garantir os interesses das empreiteiras nas obras do PAC, como a Hidrelétrica Belo Monte, houve ingerência direta da presidência, para frear processos de demarcação de terras indígenas, além do uso da Força de Segurança Nacional, para a repressão.

Desde o início do seu governo, Bolsonaro já assinalava uma política tal qual o PL 490/2007, que incorpora a tese do marco temporal. Reiteradas falas assinalavam que os indígenas teriam “autonomia” para negociar a exploração em suas terras. O Congresso Nacional se alinhou majoritariamente em torno dos interesses dos ruralistas, e a oposição encena a resistência, por meio das emendas e medidas legais de obstrução. Confirma-se a tendência ao aprofundamento das contrarreformas, com a flexibilização das legislações que protegem minimamente os povos indígenas, para que a exploração econômica possa ser amplificada.

Certamente, novas ofensivas contra os povos indígenas surgirão em níveis mais extremos, pois, suas terras estão no caminho da exploração do agronegócio latifundiário, de grileiros e exploração mineral no Brasil. O Marco Temporal servirá para legitimar o avanço do poder econômico sobre as terras indígenas, com suas riquezas naturais.

Pela real autodeterminação dos povos indígenas

O contexto das lutas indígenas responde ao ataque sem precedentes que o PL do marco temporal está prestes a desfechar. Mas, não deixa de se associar com a ofensiva burguesa



Mais grave ainda é a ilusão na intervenção de setores do imperialismo estadunidense e europeu, por meio de fundações e ONGs para ampliar sua proteção. É preciso recuperar a experiência de auto-organização, autodefesa e combatividade que caracterizou, desde a colonização, a resistência indígena.

contra todos os explorados. As direções do movimento indígena, assim como as direções sindicais e populares, têm se enredado no eleitoralismo e nas ilusões no parlamento e judiciário. Mais grave ainda é a ilusão na intervenção de setores do imperialismo estadunidense e europeu, por meio de fundações e ONGs para ampliar sua proteção. É preciso recuperar a experiência de auto-organização, autodefesa e combatividade que caracterizou, desde a colonização, a resistência indígena.

A luta de classes no campo e os conflitos das nacionalidades indígenas expressam a transição inacabada da formação econômica pré-capitalista do Brasil para a capitalista plena. O acirramento da luta de classes, inevitavelmente, leva a burguesia a se utilizar de todo tipo de violência. Os mesmos mecanismos influenciam nos ataques da burguesia contra o proletariado e camponês no Brasil, sobretudo no atual quadro de pandemia. É nesse sentido que a luta contra o Marco Temporal é urgente. Coloca a necessidade da aliança entre os camponeses, o proletariado e os povos indígenas. A unidade indígena e camponesa, sob a direção do proletariado, é a via para se conquistar a terra, por meio da nacionalização e expropriação dos latifúndios, e garantir o real direito de autodeterminação.

Nenhuma confiança no Congresso Nacional oligárquico, no eleitoralismo e no judiciário. Que as centrais e sindicatos convoquem as assembleias e constituam os comitês de base pelas reivindicações mais sentidas: emprego, salários, direitos, vacina para todos e entrega das terras aos camponeses e indígenas. A real autodeterminação indígena será conquistada pela luta da maioria oprimida, como parte da revolução proletária.

Recife

ATO EM DEFESA DAS VIDAS TRANS E TRAVESTIS

No dia 28 de junho, 53 anos após a Batalha de Stonewall, foi realizado um ato, no Recife, com a bandeira da defesa das vidas trans e travestis. Apesar de a data ser celebrada como dia do Orgulho LGBTQIA+, os presentes deixaram claro que não havia nada a comemorar. O ato ocorreu sob o impacto do assassinato de uma mulher trans, e a violência que uma travesti, que morava nas ruas, sofreu, na segunda quinzena de junho.

defesa do fim do capitalismo, para eliminar a raiz de toda opressão.

A condução do ato demonstrou grandes ilusões na via parlamentar. Foi dado grande destaque para a fala de parlamentares do PT e PSOL, inclusive uma das co-deputadas, que é uma mulher trans. A linha política era a de maior espaço no parlamento, e oportunidades de emprego. Uma comissão foi recebida no palácio do governo por

do pobres e miseráveis! Organizar o combate por uma sociedade socialista, sem exploração e opressão!". E afirma: *"Junto com a crise econômica, manifesta-se a face mais apodrecida do capitalismo, com retrocessos em todos os âmbitos da vida social. Cresce o obscurantismo, patrocinado pelo governo federal e bancadas religiosas nos municípios, estados e Congresso Nacional. Criam-se leis, para que tipifiquem, como crimes, debates sobre gênero e diversidade sexual nas escolas. A violência e discriminação só crescem". (...)* "Por isso, chamamos todos e todas que defendem o fim das opressões, a se organizarem sob o programa revolucionário. Afinal, a raiz das opressões sobre mulheres, homossexuais e transexuais está na propriedade privada e na família, como unidade econômica. É preciso ter como estratégia a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, o que só é possível por meio da revolução proletária". (...) "Que, na conjuntura atual, fortaleçamos o campo da independência de classe, combatendo o desvio das atuais manifestações para o eleitoralismo. Exijamos das centrais sindicais e direções dos movimentos estudantis e populares, que ergam comitês e assembleias nos locais de trabalho, estudo e moradia em defesa de empregos, salários, direitos e vacinas para todos, priorizando pobres e miseráveis. A luta contra as discriminações, violência e opressão é parte desse combate. É preciso superar todo o corporativismo. Devemos confiar em nossas próprias forças e nos métodos históricos dos explorados: as greves, bloqueios, marchas, a ação direta de massas".

"Junto com a crise econômica, manifesta-se a face mais apodrecida do capitalismo, com retrocessos em todos os âmbitos da vida social. Cresce o obscurantismo, patrocinado pelo governo federal e bancadas religiosas nos municípios, estados e Congresso Nacional. Criam-se leis, para que tipifiquem, como crimes, debates sobre gênero e diversidade sexual nas escolas. A violência e discriminação só crescem". (...) "Por isso, chamamos todos e todas que defendem o fim das opressões, a se organizarem sob o programa revolucionário. Afinal, a raiz das opressões sobre mulheres, homossexuais e transexuais está na propriedade privada e na família, como unidade econômica. É preciso ter como estratégia a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, o que só é possível por meio da revolução proletária". (...)

O movimento agregou cerca de 100 pessoas. As falas expressaram a denúncia da discriminação e opressão. O POR se manifestou, denunciando a violência, e defendendo a unidade dos oprimidos e explorados em torno de suas reivindicações mais sentidas. Destacou que a principal reivindicação das pessoas trans é o emprego, necessidade comum à de milhões de desempregados, subempregados e precários no país. Chamou os presentes a empunharem a

assessores, foi prometida uma reunião com secretários e governador, porém, nos dias seguintes, o governo só enrolou. Agora, mais uma travesti foi morta, totalizando três casos públicos, em menos de um mês.

O POR distribuiu um Manifesto "Basta de violência e discriminação contra transexuais e travestis!", em que defende: "Ligar a luta contra a opressão com a defesa dos empregos, salários, direitos e vacina para todos, priorizan-

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da **opressão social**. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

São Paulo

Nota de Repúdio às prisões no ato do dia 03 de julho

Na manifestação do dia 3 de julho, quatro jovens foram presos. Até o momento, três deles já foram liberados, e um segue detido, sob as seguintes acusações: tentativa de homicídio, incêndio, lesão corporal e roubo.

A polícia, assim como todo destacamento armado do Estado burguês, serve à proteção da propriedade privada e da exploração e opressão de classe, que recaem sobre a juventude de modo avassalador, seja pelo alto índice de desemprego, subemprego, pelo enorme contingente de encarcerados e assassinados pela polícia militar. Nessa manifestação, em particular, a polícia também esteve a serviço dos interesses eleitorais do governador João Dória, que consentiu um protesto pacífico, ao redor da bandeira de impeachment de Bolsonaro.

Foram quatro prisões políticas, e, portanto, um ataque ao conjunto do movimento, que sai às ruas reagindo às crises econômicas e pandêmicas. Os mais de meio milhão de mortos pelo Covid-19, combinados com as medidas facilitadoras e permissivas às demissões, suspensão de contrato e rebaixamento de salário, atestam a incapacidade dos governos de protegerem os pobres e miseráveis, e à habilidade com que protegem os interesses da burguesia.

A prisão desses quatro jovens serve à burguesia, ao Congresso Nacional, aos partidos da ordem capitalista, e ao governo apodrecido de Bolsonaro, para continuarem com os ataques à vida dos explorados. Procura conter o instinto de revolta, que aflora em uma parcela da população. A repressão do Estado burguês serve à contenção da luta de classes e à manutenção da exploração de classe.

**NOTA DA FRENTE CLASSISTA E
COMBATIVA EM REPÚDIO ÀS PRISÕES**

**LIBERTAÇÃO
IMEDIATA DE
MATHEUS!**



É desta forma que a Frente Classista e Combativa entende a prisão dos quatro jovens, e entende que ela deve ser respondida pelo conjunto do movimento.

***Libertação imediata dos presos políticos!
Pelo fim de todo o destacamento armado
do Estado Burguês!***

Ceará

Boletim da Corrente Proletária Estudantil

O Boletim denuncia as parcerias público-privadas do governo do PT, Camilo Santana. Em uma passagem, diz: *“É bom lembrar que não se privatiza uma instituição pública da mesma forma que se privatiza uma refinaria de petróleo, por meio de um leilão, por exemplo. A privatização do ensino público superior e básico se dá de muitas formas, como: parcerias público-privadas; especializações pagas; cobrança de múltiplas taxas, vestibulares pagos, ensino a distância, etc.”*. Conclui a nota, exigindo que as entidades estudantis organizem os estudantes para rejeitar, por meio da luta, as parcerias público-privadas na UECE. E a CPE convida o movimento estudantil a rejeitar as parcerias com a iniciativa privada. Defende a bandeira de financiamento integral do ensino público pelo Estado, sob controle dos que estudam e trabalham.

Em outra nota, o Boletim destaca o desenvolvimento da vacina pela UECE, e a hipocrisia do governador petista de tomar para si essa conquista. Ressalta que a universidade sofre com os cortes de recursos, arrocho salarial e precarização do trabalho docente. E completa: *“quando a UECE, apesar de toda a precarização e sucateamento, desenvolve uma vacina contra o Covid-19, aparece o governo do estado para se vangloriar”*.

O Boletim, por fim, destaca o ato ocorrido contra a perseguição política aos professores e estudantes da UECE, que foram intimados a depor na Polícia Federal, por supostos “atos fascistas”. O POR centrou sua intervenção na defesa da liberdade de expressão, organização e no direito de greve. E que os sindicatos e entidades estudantis organizem a luta contra mais esse ataque do governo militarista de Bolsonaro.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

Bolsonaro e Congresso Nacional avançam a privatização dos Correios

O governo dá mais um passo na privatização dos Correios. Agora, anuncia a venda de 100% do controle da empresa. O Congresso Nacional, mais uma vez, aproveita a Pandemia e a passividade que ainda impera das direções sindicais, para acelerar a votação do PL 591, que define da entrega da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). O plano de Bolsonaro, Guedes e Congresso Nacional é se desfazer da empresa, até março de 2022. Estima-se que a privatização dos Correios levará à demissão de 60 mil trabalhadores, dos 100 mil existentes.

É urgente que as centrais, sindicatos e movimentos rompam com a política de suposta pressão aos deputados, e convoquem as assembleias presenciais.

Além da privatização dos Correios, a direção da estatal, comandada pelo general Floriano Peixoto Neto, decidiu congelar os salários e benefícios dos trabalhadores. Alega que há um déficit que impede o reajuste salarial. O que é falso. Segundo o sindicato dos Correios, a empresa arrecadou R\$ 17 bilhões, e obteve lucro líquido de R\$ 1,5 bilhão, em 2020. Esta aí o interesse por parte dos capitalistas nesse negócio rendoso.

Com a privatização total da ECT, o governo entrega, para a iniciativa privada, todo o serviço postal, transporte de remédios e vacinas para os locais de difícil acesso, entre outros. As tarifas, que já são altas, se tornarão exorbitantes. Mais ainda. A privatização virá acompanhada de uma demissão em massa. Fato que já vem ocorrendo, com o avanço da terceirização. E o aumento da superexploração do trabalho.

Mais uma vez, as direções dos Correios alimentam as ilusões de que é possível barrar a privatização, pressionando o Congres-

so Nacional. Dizem que estão *“articulando junto à bancada da Frente Parlamentar em Defesa dos Correios para que conversem com os deputados do Centrão, base de apoio ao governo de Jair Bolsonaro, para que a proposta de privatização seja rejeitada pelo Congresso Nacional. Vão além: “Hoje, o cenário é desfavorável aos trabalhadores, mas estamos trabalhando para reverter este resultado”*. Essa é uma derrota anunciada. O Congresso Nacional apoia o plano de privatização de Bolsonaro/Guedes. O “Centrão” é regado de dinheiro para aprovar as medidas governamentais. Pior ainda: faz campanha junto

aos trabalhadores dos Correios de que a situação não é favorável à luta contra a privatização. Está aí o retrato de uma direção incapaz de organizar a luta nacional dos 100 mil trabalhadores, que estão ame-

açados pelo desemprego e pelo brutal arrocho salarial.

O ato de 13 de julho, chamado em defesa dos Correios, servirá apenas para livrar a cara dessa direção. Isso por que nada vem ocorrendo para que haja uma paralisação nacional, e que seja o ponto de partida para uma greve geral contra a privatização da estatal.

É urgente que as centrais, sindicatos e movimentos rompam com a política de suposta pressão aos deputados, e convoquem as assembleias presenciais. Que lancem o movimento nacional contra as privatizações dos Correios e do que resta da Petrobrás. Que se coloquem pela reestatização das empresas privatizadas, a exemplo da Eletrobrás. Sem um poderoso movimento nacional, com greves e manifestações de rua, não será possível quebrar a ofensiva de Bolsonaro, Guedes e Congresso Nacional. As condições existem. Os trabalhadores estão com disposição de luta para defender seus empregos, salários e direitos trabalhistas.

GM impõe a suspensão de contratos Direção do sindicato convence os trabalhadores de que foi um bom acordo

A montadora norte-americana, com uma de suas fábricas em São José dos Campos, usou a MP 1045/21, que sucedeu a MP 936, para suspender os contratos de 250 metalúrgicos, inicialmente de 12 de julho a 25 de agosto, podendo ser prorrogado, porque a MP permite que seja por até 120 dias.

A direção do Sindicato, da CSP-Conlutas, convocou a assembleia, para que o acordo fosse referendado pelos trabalhadores. Justificou que a aceitação da suspensão do contrato garantia a estabilidade a todos os trabalhadores. E que a multinacional pretendia que a estabilidade fosse unicamente para os que

tiveram os contratos suspensos, como está prevista na MP. A direção concluiu dizendo que: *“Neste momento em que o desemprego bate níveis recordes, a conquista da estabilidade é uma importante vitória”*.

Segundo o sindicato, a suspensão não traria nenhum prejuízo para os operários e, ainda por cima, a empresa garante a estabilidade de todos. Sendo assim, parece ser um bom negócio. A multinacional se comporta, portanto, como um bom patrão, uma vez que aceitou a proposta do sindicato de estabilidade a todos, sem nenhuma resistência. Essa não é a atitude, em geral, do capital imperialista, quando necessita proteger

os seus lucros. Se a GM recorreu à suspensão de 250 metalúrgicos, é porque teve de reduzir a produção. Então, nada melhor do que se valer da MP 1045. De acordo com essa medida, a GM terá de arcar com apenas 30%, e o governo, 70% do valor do salário, na forma de “ajuda compensatória”. Aí mora o perigo.

A direção do sindicato deveria explicar que os termos do acordo contrariam os termos da MP, segundo a qual a “ajuda compensatória” não é salário. Quer dizer que, por não ser salário, não haverá recolhimento do FGTS, contribuição do INSS, etc. Quando o sindicato diz que os direitos foram preserva-

dos, aí estão incluídos o FGTS e o INSS? Estariam garantidos os dias suspensos, para efeito de aposentadoria, e o FGTS integral para efeito de demissão? Segundo a MP, não estariam garantidos. Esse é um lado da moeda. Outro, é que os 70%, que são a parte do governo, saem dos recursos públicos. Não temos dúvida de que quem pagará os 70% são os próprios trabalhadores, que não têm controle sobre o FAT, FGTS, orçamento destinado aos gastos sociais, etc. O sindicato, ao dizer que foi uma vitória, está admitindo que essa lei do governo Bolsonaro permitiu que os trabalhadores a utilizassem a seu favor.

Chegamos à essência do problema. A MP 936 fez parte do plano emergencial do governo Bolsonaro, sob a justificativa de proteção dos empregos. A farsa se desmanchou, diante das demissões em massa e das perdas salariais. As direções sindicais, no entanto, não combateram a MP 936, e dela se socorreram para ocultar a sua passividade, no momento em que se erguia mais uma onda de demissões e fechamento de fábricas. Bolsonaro e o Congresso Nacional entenderam que foi vantajoso para o patronato e, politicamente, para o governo. E, não tiveram por que não reeditar a MP, sob o núme-

ro 1045. É bom lembrar que o auxílio emergencial de R\$ 600, que é miserável, fez parte do pacote bolsonarista. A sua prorrogação serviu ao mesmo propósito, com a diferença de que o governo e o Congresso Nacional reduziram o auxílio emergencial a uma média de R\$ 250.

O ataque capitalista à classe operária e aos demais explorados tem sido durís-

As direções que se reivindicam do classismo e da independência política dos trabalhadores tinham o dever de rechaçar as MPs 936 e 1045, e realizar uma campanha nacional contra a sua aplicação, e em defesa dos empregos e salários.

simo. O resultado se espelha no alto índice de desemprego e subemprego; no aumento da pobreza, miséria e fome. E o que têm feito os sindicatos para unir os explorados contra os ataques da burguesia e do governo? Claramente, têm capitulado em duplo sentido: pela aplicação das MPs 936 e MP 1045, e pela passividade diante da onda de demissão. Os acordos por fábrica de redução de salário, suspensão de contratos e de

demissão evidenciam o caráter antiope-
rário do corporativismo sindical.

As direções que se reivindicam do classismo e da independência política dos trabalhadores tinham o dever de rechaçar as MPs 936 e 1045, e realizar uma campanha nacional contra a sua aplicação, e em defesa dos empregos e salários. Essa adaptação às pressões políticas geradas pela Pandemia resultou em uma conduta condenável em todos os sentidos, que vem sendo praticada pelos sindicatos dirigidos pela CSP-Conlutas, que resultou da cisão da CUT sob a justificativa de pôr em pé uma fração classista e revolucionária do sindicalismo.

Nesse momento de profunda crise do capitalismo e de ataque aos explorados, a CSP-Conlutas segue os mesmos passos da burocracia da CUT, Força Sindical e CTB. Esse acordo de suspensão de contratos, que acaba de ser aprovado, é apenas mais um de um rol que tem atingido os empregos na base do sindicato metalúrgico de São José dos Campos. É preciso que a vanguarda com consciência de classe rejeite essas imposturas e combata pelo programa de reivindicações próprio dos explorados, com seus métodos e organização independente.

1,5 mil trabalhadores são expulsos do “Acampamento de Refugiados 1º de Maio”

Defender nas ruas o direito à moradia a todos os sem-teto, como parte do programa emergencial dos explorados

No dia 1º de julho, a Petrobrás, cumprindo mandado de reintegração de posse expedido pelo STJ, expulsou as famílias de seu terreno na cidade de Itaguaí, região metropolitana do Rio de Janeiro. Sob saraivadas de balas de borracha e gás lacrimogêneo, as famílias foram obrigadas a abandonar tudo o que tinham, e sair às pressas do terreno.

O acampamento era ocupado por famílias de desempregados, que não conseguiram mais arcar com as despesas de alimentação e aluguel elevado. A crise econômica e pandêmica arrasta consigo uma legião de desempregados, que tiveram de abandonar suas casas para morar em um terreno, e abrigados por lonas de plástico.

O governo militarista, representado pela direção da Petrobrás, diz que a desocupação foi “pacífica”, e que “fornecer kits com álcool em gel e máscara, além de oferecer transporte às famílias até a rodoviária”. Parte dos moradores ficou alojada em uma escola municipal da região, desprovidos de tudo. Essa é a dura realidade dos desempregados no Brasil.

De um lado, não conseguem mais arcar com suas despesas básicas e, do outro, são tratados violentamente pelo governo, que é o dono do terreno.

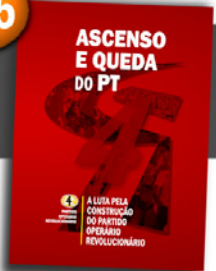
É preciso que as direções sindicais organizem a luta por moradia, exigindo do governo a construção imediata de moradias. Que nenhum trabalhador fique sem o teto para morar. Essa é uma reivindicação que faz parte do programa emergencial próprio dos explorados.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



AVANÇAM A FOME E A MISÉRIA **Que as direções sindicais organizem a luta por um plano próprio de emergência**

Os dados sobre o crescimento da fome e a miséria durante a Pandemia são assustadores. Em um ano, aumentou, em 4,3 milhões, o número de pessoas, que vivem nas grandes cidades, com renda *per capita* mensal de R\$ 275. Mais de 14 milhões estão desempregados, e cerca de 30 milhões no subemprego. Enquanto se alastram o desemprego e, conseqüentemente, a fome e a miséria, o custo de vida foi às alturas. O valor da cesta-básica subiu quase 30%. O bo-

tijão de gás chegou a R\$ 100. As tarifas de energia tiveram elevação de 11%. As contas de água estão cada vez mais insuportáveis. Por outro lado, Bolsonaro reduziu o valor (em média R\$ 250) e o número de pessoas que recebem o auxílio emergencial. Não por acaso, tem aumentado o número de famílias sem-teto e de moradores de rua.

Diante dessa situação, só há um caminho: a luta. Para isso, é preciso que as direções sindicais convoquem as as-

sembleias e constituam os comitês de base. Que aprovem um plano emergencial próprio dos explorados, que parte de suas reivindicações vitais: emprego, salário, direitos trabalhistas, moradia e saúde pública. Que organizem um Dia Nacional de luta, com paralisações e bloqueios, como ponto de partida para um poderoso movimento em defesa das condições de vida da maioria oprimida. Portanto, um movimento contra a burguesia e seus governantes.

São Paulo

Manifestação massiva por moradia

É preciso unir os vários movimentos em um só combate pela moradia

No dia 8 de julho, ocorreu uma grande manifestação, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), em direção ao Palácio do Morumbi. Duas reivindicações motivaram a marcha até ao governador João Doria: 1) ampliação de recursos destinados à moradia, e maior rapidez nos projetos já acordados com o governo; 2) sanção do projeto de lei, aprovado na Assembleia Legislativa, que proíbe os despejos durante a Pandemia (“Despejo Zero”). A manifestação foi barrada pela ação policial, o que impediu de chegar até os portões do Palácio Bandeirantes.

A hipocrisia de Doria foi descarada. Primeiro, barrou a manifestação, e depois, emitiu uma nota, com ares democráticos, concordando receber quatro representantes do movimento, no final da tarde. Certamente, na disputa com Bolsonaro, considerado antidemocrático, Doria tenta posar de governo democrático, preocupado com as questões sociais causadas pela Pandemia.

O MTST, dirigido por Guilherme Boulos, vem reunindo milhares de famílias. Boa parte constituída de desempregados e de trabalhadores informais, que não conseguem arcar com o aluguel. Sem nenhuma alternativa, as famílias recorrem aos movimentos por moradia. Cada partido ou central sindical tem o seu movimento. O MTST, criado em 1997, hoje, é vin-

culado ao PSOL. E ganhou projeção com as pretensões eleitorais de Boulos. O Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), também criado no início dos anos de 1990, tem vínculos com a Central de Movimentos Populares, CUT e MST. A Frente de Luta por Moradia e a União dos Movimentos de Moradia têm representação junto ao Conselho Municipal de Política Urbana do município de São Paulo, e ligação com o PT. A CSP-Conlutas, PSTU, esteve à frente da ocupação do Pinheirinho, que sofreu uma ação brutal de despejo em 2012, e, hoje vem reunindo sem-teto em algumas regiões de São Paulo. Como se vê, impera o corporativismo e o caudilhismo de alguns dirigentes no movimento de moradia. O controle fatiado dos sem-teto facilita o carreirismo eleitoral.

A luta pela moradia é parte da luta da classe operária contra o desemprego, subemprego e a miséria. No momento em que os explorados se unirem, em defesa de um programa próprio, então, o corporativismo e oportunismo eleitoral poderão ser superados. Os sem-teto deixarão de seguir os caudilhos profissionais, para combater no terreno da luta de classes. Esse objetivo exige a construção e o fortalecimento do Partido Operário Revolucionário no interior do proletariado, de onde virão as respostas às necessidades dos sem-teto e dos milhões que mal conseguem pagar o aluguel.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

86 anos da fundação do Partido Operário Revolucionário da Bolívia

(junho de 1935 - junho de 2021)

Realizado no dia 26 de junho, pelo POR da Bolívia, o ato político

O ato presencial no Sindicato dos Professores, em La Paz, foi transmitido por meio de uma live, que possibilitou a participação das seções brasileira, argentina e chilena do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui). Em seguida aos pronunciamentos dos representantes do Brasil, Argentina e Chile, Miguel Lora fez uma exposição cronológica dos 86 anos do POR, destacando suas fases de construção e os pontos altos da luta de classes na Bolívia, que permitiram ao partido desenvolver o programa da revolução proletária, e se temperar como organização marxista-leninista-trotskista. O ato foi concluído com o pronunciamento do Secretário-Geral, Alfonso Velarde, que destacou o lugar do POR nas condições de desintegração do capitalismo, e de amadurecimento objetivo das condições históricas para a revolução proletária.

Os 86 anos de luta pela emancipação da classe operária e da maioria oprimida do jugo dos exploradores, e libertação da nação oprimida do domínio imperialista, tornaram o POR uma fortaleza capaz de dirigir a revolução proletária na Bolívia, e projetar o internacionalismo proletário na América Latina e nos demais continentes.

Aproveitamos esse momento para fazer nosso reconhecimento sobre a influência do marxismo-leninismo-trotskismo, encarnada pelo POR boliviano, na construção do POR do Brasil e na do Comitê de Enlace. O pronunciamento inicial do Comitê de Enlace coube a Atilio de Castro, Secretário-Geral da seção brasileira. O breve espaço de tempo foi utilizado para enfatizar a luta do POR pelo internacionalismo proletário e, como tal, pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. O camarada Ramon Basko, do POR da Argentina, evidenciou a profunda desintegração do capitalismo, o avanço da barbárie, os fundamentos do programa proletário e as tarefas do momento, sob o impacto mundial da Pandemia e da incapacidade da burguesia em proteger as massas. O camarada Hugo, do Comitê Construtor do POR no Chile, demonstrou a gravidade da canalização do movimento das massas para a armadilha burguesa da Assembleia Constituinte. Assinalou a tarefa da luta pela independência política do proletariado e dos demais explorados, que passará pela experiência das massas diante da impostura democrático-burguesa. A construção do partido no Chile fortalecerá o Comitê de Enlace e a luta pela reconstrução da IV Internacional.

Por que o POR da Bolívia é um pilar da reconstrução da IV Internacional

Guillermo Lora demonstrou que as três Internacionais, que precederam à fundação da IV Internacional, em 1938, se assentaram na luta da vanguarda marxista para materializar programática e organizativamente a concepção internacionalista da revolução proletária e do caráter mundial da sociedade sem classes, o comunismo. As experiências de construção e desintegração das Internacionais devem estar presentes na constante luta da vanguarda, que se orienta pelo internacionalismo marxista-leninista-trotskista.

A I Internacional, pelas condições históricas da segunda metade do século XIX, constituiu a base programática, sobre a qual poderia se levantar o edifício do Partido Mundial da Revolução Socialista. O programa em si, redigido por Marx e Engels, não tinha como dar esse passo grandioso, dependia das bases materiais do capitalismo e do desenvolvimento da luta de classes. O caráter federativo que caracterizou a I Internacional, embora o marxismo fosse centralista, acabou sendo uma imposição das circunstâncias, das quais Marx e Engels tiveram de se valer, para dar um passo prático na ação internacionalista do proletariado, ainda que restritamente europeu. A Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada em 1864, se viu de frente à primeira revolução proletária, que foi a Comuna de Paris, de 1871. A impossibilidade de sua vitória e,

portanto, da abertura do caminho à revolução mundial, serviu de desfecho ao confronto entre o marxismo e o anarquismo, que se digladiaram o tempo todo sob o teto da Internacional. Esgotavam-se as experiências com as correntes que não assimilaram o socialismo científico. A inexistência de um poderoso partido proletário inviabilizou a continuidade da I Internacional, embora o anarquismo tivesse sido derrotado ideológica, teórica e programaticamente.

A semente do internacionalismo permaneceu com toda vitalidade, o que não demorou a florescer na forma mais avançada da II Internacional, em 1889. Somente Engels pôde participar à distância da iniciativa, dirigida pelo Partido Socialdemocrata Alemão, que assumia o marxismo e a tarefa de erguer a nova Internacional sobre a base do socialismo científico. Esse esteio da II Internacional não suportaria as pressões da democracia e das tendências reformistas da burguesia e da pequena burguesia. Ao caminhar no sentido da adaptação do programa revolucionário à política parlamentar e ao sindicalismo reformista, nas condições de desenvolvimento pacífico do capitalismo, a socialdemocracia desembocou no socialchauvinismo do período imperialista, no início do século XX. A II Internacional se afundou no pântano da guerra imperialista, para nunca mais se reerguer. Antes que fosse até o fim com sua capitulação,

uma fração revolucionária, ultraminoritária, encarnada pelo bolchevismo, liderada por Lênin, travou o combate frontal ao revisionismo socialdemocrata. A degeneração da II Internacional já havia atingido um ponto sem retorno, antes mesmo da eclosão da 1ª Guerra Mundial, em 1914. O reformismo havia comprometido sua natureza original. O internacionalismo proletário passava para as mãos do bolchevismo.

A III Internacional foi fundada, como programa, em meio à guerra mundial, mais precisamente em 1916, e antes da derubada da burguesia na Revolução Russa de 1917. É bom frisar a constatação de que nasceu como programa, encarnado pela luta do bolchevismo pela revolução na Rússia, e pelo combate ao revisionismo alicerçado na Alemanha. A forma organizativa de sua fundação, em 1919, como Partido Mundial centralista-democrático, possibilitou o desenvolvimento do programa, abrangendo todos os aspectos da revolução proletária, como expressão das ricas experiências da luta internacional do explorados e das respectivas particularidades nacionais.

A inexistência de um partido bolchevique que encarnasse o Programa de Transição, aplicando-o às particularidades nacionais na Espanha, França, Estados Unidos, etc. impossibilitou que a IV Internacional ocupasse um lugar prático de direção internacional do proletariado, guiada pelo Programa de Transição.

A elaboração coletiva no plano do internacionalismo foi elevada ao ponto mais alto em relação às experiências da I e II Internacionais. O que permitiu um rigor teórico, cuja raiz se encontra nas formulações da I Internacional marxista. A Revolução Russa projetou o bolchevismo como o pilar da III Internacional. A revolução social na Rússia iniciou um período de transição do capitalismo ao socialismo. A III Internacional, distintamente do que se passou com a I Internacional, se ergueu sobre a base da revolução vitoriosa, tendo absolutamente claro o objetivo estratégico de desenvolver a revolução mundial, sem a qual não era possível sustentar as novas relações de produção embrionárias na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). De maneira que a III Internacional estava obrigada a responder pela transição do capitalismo ao socialismo na URSS, como parte da revolução mundial, e, sob esse objetivo histórico, orientar a luta revolucionária em todo o mundo. A decomposição do capitalismo da época imperialista e a luta de classes haviam amadurecido as condições para a constituição do Partido Mundial da Revolução Socialista.

A degeneração estalinista do Partido Bolchevique e, conseqüentemente, da ditadura do proletariado na URSS, concluiu liquidando a III Internacional, extinta em 1943, em meio à 2ª Guerra Mundial. O revisionismo estalinista dos fundamentos do internacionalismo marxista iniciou a liquidação da III Internacional, degenerando o seu programa, para, finalmente, eliminá-la organizativamente. O impulso às tendências restauracionistas e à adaptação do Estado operário às pressões do imperialismo, desta vez, sob a hegemonia dos Estados Unidos, tornaram a III Internacional em casca ôca, e completamente

desnecessária para a política do estalinismo, que passou a ser guiada pelo programa do “socialismo em um só país”, e da convivência pacífica com as potências.

A vitória mais importante da aliança imperialista, vencedora da 2ª Guerra, foi a de acabar com o Partido Mundial da Revolução Socialista. Assim, o caminho para a restauração burguesa ficava livre na URSS, de um lado; e os partidos comunistas do mundo inteiro passariam a cumprir a função de coveiros das revoluções, de outro. A II Internacional se degenerou com o chauvinismo pró-imperialista. O que obstaculizou o desenvolvimento da revolução mundial, traíndo a revolução alemã, isolando a Revolução Russa, e favorecendo as pressões restauracionistas internas e externas.

Assim como Lênin compreendeu o alcance destrutivo da degeneração do Partido Socialdemocrata Alemão e da II Internacional, passando a defender a constituição da III Internacional, depois de ter travado a batalha contra o revisionismo, Trotsky se insurgiu contra o revisionismo estalinista. Lutou por meio da Oposição de Esquerda Russa e, depois, da Oposição de Esquerda Internacional, sob a bandeira do internacionalismo marxista, para evitar a potenciação das tendências restauracionistas e a destruição da III Internacional, concluindo obrigatoriamente pela formação da IV Internacional, em 1933, e fundando-a em 1938, às vésperas da 2ª Guerra Mundial.

Nota-se que Trotsky se apoiou na experiência da decomposição da II Internacional e na orientação e método desenvolvidos por Lênin, voltados à continuidade do internacionalismo, sob uma nova Internacional. A liquidação da III Internacional ocorreu como resultado da burocratização do Partido Bolchevique (Partido Comunista da União Soviética (PCUS). A impossibilidade de a Oposição de Esquerda Russa derrotar o revisionismo estalinista decidiu a sorte da III Internacional. A Oposição de Esquerda Internacional, por sua vez, não contou com um partido bolchevique, que dirigisse a revolução, e se erguesse como pilar da IV Internacional. Na América Latina, os partidos trotskistas surgiam de cisões dos partidos comunistas estalinizados; ainda embrionários, não tinham penetração no proletariado, e necessitavam elaborar o programa da revolução proletária em seus países, de acordo com os fundamentos dos Primeiros Quatro Congressos da III Internacional e do Programa de Transição da IV Internacional. A derrota da revolução espanhola, em 1939, foi decisiva para o estalinismo ir adiante com sua política liquidacionista da III Internacional, e de combate à IV Internacional, que, munida do Programa de Transição, se empenhava por constituir seções vinculadas ao proletariado de cada país.

Na França e Estados Unidos, se frustrou o empenho de Trotsky de assentar a IV Internacional em sólidos alicerces, que poderiam ser constituídos pelas suas duas principais seções. A inexistência de um partido bolchevique que encarnasse o Programa de Transição, aplicando-o às particularidades nacionais na Espanha, França, Estados Unidos, etc. impossibilitou que a IV Internacional ocupasse um lugar prático de direção internacional do proletariado, guiada pelo Programa de Transição. A luta de Trotsky contra o centrismo e os desvios antimarxistas nas próprias fileiras da IV Internacional evidenciou o seu maior obstáculo, que era a inexistência de uma seção dirigente do proletariado. O assassinato de Trotsky interrompeu o

seu trabalho de construção da IV Internacional, como Partido Mundial da Revolução Socialista, cujas seções na América Latina, repetimos, começavam a engatinhar.

Bastou uma década para que a direção da IV Internacional refletisse sua debilidade e incapacidade de dar continuidade ao caminho estabelecido por Trotsky. A 2ª Guerra se encarregou de testar a consistência da assimilação do Programa de Transição pelos dirigentes e pelas seções da IV Internacional, principalmente da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. O seu Secretariado Internacional (SI) se assombrou, diante do fortalecimento da burocracia estalinista no pós-guerra, sem se dar conta do caráter circunstancial da projeção do estalinismo, e do significado histórico da destruição da III Internacional. Por não ser uma direção voltada à aplicação do Programa de Transição nas condições concretas de suas seções, não tinha como estabelecer uma diretriz mundial coerente e consistente, que desse conta da nova etapa que se abriria, com a reconstrução imperialista do pós-guerra, a transferência do poder mundial da burguesia para os Estados Unidos, e os compromissos do Estado soviético degenerado com as potências vitoriosas.

O revisionismo que se instaura da década de 1950, encabeçado pelo seu dirigente máximo Michel Pablo, tem como conteúdo a mudança de caracterização do estalinismo como corrente contrarrevolucionária. O que desencadeou uma série de erros e traições aos fundamentos do marxismo, entre eles, a degeneração da vanguarda revolucionária por detrás do nacionalismo burguês, nos países semicoloniais. A oposição antipablista, no entanto, não demorou em expor sua incapacidade para derrotar o revisionismo, e dar continuidade à IV Internacional, que, finalmente, se desintegrou.

O fato de a direção da IV Internacional não se assentar em nenhuma seção que pudesse ser responsabilizada pela traição da revolução, como se passou com a II e a III Internacional, permitiu que o desmoronamento da IV Internacional se limitasse organizativamente, sem que houvesse a possibilidade dos revisionistas substituírem o Programa de Transição, como fez o estalinismo com o programa dos Primeiros Quatro Congressos da III Internacional. Eis por que a tarefa continua sendo a de reconstruir a IV Internacional, como Partido Mundial da Revolução Socialista.

Das cisões ocorridas no interior da direção da IV Internacional, se destacaram três tendências fundamentais, a liderada por Michel Pablo (pablista), que se desdobrou no mandelismo; a de Nahuel Moreno (morenista); e a de Pierre Lambert (lam-

bertista). As subdivisões foram consequências inevitáveis, uma vez que a principal tendência opositora ao pablismo, que foi o lambertismo, fracassou na tarefa de impulsionar a construção de sua própria seção francesa no seio do proletariado e, assim, aplicar o Programa de Transição nas particularidades nacionais. O Comitê Internacional (CI) se distanciou cada vez mais do dever de orientar as seções na América Latina, deixando de

seguir as diretrizes já estabelecidas nas teses dos Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista, que estabeleceu a linha geral da revolução proletária nas condições particulares dos países semicoloniais e, portanto, oprimidas pelo imperialismo. O morenismo se armou como uma tendência centrista democratizante. E o pablismo mergulhou no nacionalismo burguês. De conjunto, têm em comum a renúncia em constituir o programa de revolução proletária, o que resultou no abandono da estratégia da ditadura do proletariado, ou seja, da tradição marxista-leninista-trotskista. No fundo, constituíram-se em variantes do democratismo pequeno-burguês e do sindicalismo corporativista de esquerda.

Destituídas da estratégia revolucionária, as três tendências, que estilhaçaram a IV Internacional, e que deram lugar a subdivisões, são obrigadas a se enfileirar por trás das disputas interburguesas entre a direita e a esquerda reformista, diferenciando-se com fórmulas diversionistas sobre o caráter do governo democratizante, voto crítico, constituinte, impeachment. Alinham-se em frentes eleitorais de esquerda, em função dos obstáculos impostos pelas leis eleitorais antidemocráticas. Enfiam-se em partidos reformistas, ou seguem como sua ala esquerda. Incentivam a burocracia sindical a constituir partidos de trabalhadores. Mantêm-se afastadas da tarefa de unificar a classe operária e os demais explorados, a partir de suas necessidades e reivindicações vitais. De distintas maneiras, se agarram a movi-

mentos corporativos da classe média, que se formam em torno a questões da opressão sobre a mulher, racismo e discriminações sexuais. Deformam e obscurecem o fundamento de classe de todas as formas de opressão. Esses traços gerais se explicam pela ausência da teoria e do programa da revolução proletária, que correspondem às particularidades nacionais, como refração da economia e da luta de classes mundiais.

O pablismo-mandelismo, o morenismo e o lambertismo, com suas subdivisões, já não guardam relações com o trotskismo, que é a continuidade do marxismo-leninismo. Mesmo a sua ala mais à esquerda não pode se colocar a tarefa de recons-



O fato de a direção da IV Internacional não se assentar em nenhuma seção que pudesse ser responsabilizada pela traição da revolução, como se passou com a II e a III Internacional, permitiu que o desmoronamento da IV Internacional se limitasse organizativamente, sem que houvesse a possibilidade dos revisionistas substituírem o Programa de Transição, como fez o estalinismo com o programa dos Primeiros Quatro Congressos da III Internacional. Eis por que a tarefa continua sendo a de reconstruir a IV Internacional, como Partido Mundial da Revolução Socialista.



O fato de o trotskismo enraizado no proletariado boliviano não ter tido condições para realizar uma sistemática intervenção no interior da IV Internacional dificultou a luta pela superação da crise de direção, o que se reflete no objetivo histórico de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. (...) Guillermo Lora faz esse reconhecimento, e não deixa de assinalar os erros cometidos pelo POR, que retardaram o avanço de suas conquistas no terreno da luta internacional.

truir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Cada tendência, a seu modo, se dedica a se construir como fração, em nome do internacionalismo e do trotskismo, sem, contudo, realizar um balanço crítico e autocrítico de seus desvios centristas e democratizantes, que obrigatoriamente as levariam a reconhecer o abandono da estratégia da ditadura do proletariado, e a se colocarem por se constituir no terreno do programa da revolução proletária. A dissolução da IV Internacional e o seu estilhaçamento em tendências centristas retardaram e retardam a luta pela superação da crise mundial de direção, prognosticada pelo Programa de Transição, e colocada como a principal tarefa histórica a ser resolvida.

A etapa de fortalecimento do estalinismo no pós-guerra foi cedendo lugar à sua desintegração, uma vez que o aparato burocrático refletia e impulsionava as tendências restauracionistas. A crise que se instalou no interior do PCUS, depois da morte de Stalin, 1953, desencadeou um processo de ruptura dos partidos comunistas no mundo todo. A fração direitista da burocracia, sob a pressão do imperialismo, aplainou o caminho da restauração. O desabamento da URSS, em 1991, foi a comprovação definitiva do caráter contrarrevolucionário das teses estalinistas, da possibilidade de construção do “socialismo em um só país” e da “coexistência pacífica” com o imperialismo. Os movimentos democráticos no Leste Europeu, na ausência do partido revolucionário, serviram às forças burguesas e pró-imperialistas da restauração capitalista.

Esses acontecimentos desnortearam ainda mais as tendências revisionistas do trotskismo, que se mostraram incapazes de dar continuidade à orientação da IV Internacional. As teses da “Revolução Traída”, de Trotsky, não foram assimiladas e incorporadas pela direção, que se lançou ao revisionismo.

Diante do desmoronamento da URSS e das Repúblicas Populares, as várias tendências revisionistas se perderam no emaranhado dos acontecimentos, e se distanciaram definitivamente do Programa de Transição. A restauração capitalista avançou e se consolidou depois da 2ª Guerra Mundial. As ilusões de que a União Soviética saiu vitoriosa, no quadro da aliança com os Estados Unidos, foram desmoronando, na medida em que o imperialismo impunha suas condições na nova partilha do mundo, e criava as condições para lançar a “guerra fria”, em 1947. Somente as revoluções proletárias e o avanço na construção do socialismo poderiam derrotar a ofensiva restauracionista, desfechada pelo imperialismo norte-americano. As traições ao proletariado mundial e o fortalecimento da fração burocrática francamente pró-capitalista impossibilitaram quebrar o cerco da contrarrevolução, que prolongou a “guerra fria”, até a derrocada da União Soviética, em 1991. Sob essas condições, os revisionistas da IV Internacional se mostraram incapazes de trabalhar no sentido contrário à destruição das

conquistas das revoluções no século XX.

Os avanços da restauração se deram, principalmente, a partir do momento em que se esgotava a reconstrução do pós-guerra, e as forças produtivas mundiais voltavam a se chocar frontalmente com as relações de produção e domínio imperialista. A década de 1970 assinalou a retomada da crise estrutural do capita-

lismo, e o impulso das forças restauracionistas na China, que se potenciam na década seguinte, e concluem com a quebra da URSS, nos anos de 1990. A guerra civil na Iugoslávia e a intervenção dos Estados Unidos retrataram a barbárie capitalista em sua fisionomia restauracionista, em 1991/1992.

É importante levar em conta essa dimensão, para se ter claro a profundidade do retrocesso histórico, provocado pela decomposição das economias que transitavam do capitalismo ao socialismo, e pela restauração triunfante. O capitalismo mundial se valeu da restauração para obter um respiradouro, no quadro de sua crise estrutural. A quebradeira de 2008-2009 resultou do esgotamento desse processo, e determinou o agravamento da guerra comercial e da corrida armentista.

No momento, a Pandemia segue o seu curso destrutivo, sem que a burguesia mundial pudesse defender minimamente as massas exploradas e escravizadas. A crise de direção se adensa, diante do impulso da barbárie social. As correntes revisionistas do trotskismo se mostram impotentes, e seguem os passos de uma das frações da burocracia sindical, que, por sua vez, segue uma das frações da burguesia.

Em meio a esta catástrofe, sobrevive o Comitê de Enlace. Os 86 anos do POR da Bolívia põe à tona o seu lugar estratégico na luta pela reconstrução da IV Internacional. A existência e o desenvolvimento do marxismo-leninismo-trotskismo neste país semicolonial, de economia atrasada, cujo peso na América

Latina é diminuto, se passou em grande parte à margem da falência ideológica, política e programaticamente da direção da IV Internacional, que detinha em suas mãos a tarefa de dar continuidade à resistência heroica de Trotsky ao revisionismo e ao restauracionismo. É no marco desse retrocesso que se deve medir o peso político do POR da Bolívia, diante do objetivo histórico de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista. A medida se encontra no seu programa e contribuições teóricas ao marxismo, que se forjaram no seio do proletariado mineiro e da maioria oprimida. A Revolução de 1952 os temperou na forja da luta de classes.

Ao contrário do que afirmam as várias tendências revisionistas, o POR, fortalecido pelo impulso das Teses de Pulacayo, de 1946, e pela experiência do Bloco Mineiro Parlamentar, de 1947, passou pela prova da hegemonia do nacionalismo pequeno-burguês e burguês, lutando pela independência política dos explorados no turbilhão da revolução. Ficou patente que as tarefas democráticas do país oprimido pelo imperialismo somente poderão ser cumpridas sob a revolução proletária, sob a ditadura do proletariado. Essa compreensão programática do POR derivou de sua assimilação da orientação de Trotsky para o desenvolvimento da revolução proletária na América Latina, cujas particularidades nacionais se distinguem, por suas tarefas democráticas, da revolução nos países de capitalismo avançado, imperialistas. É nesse terreno que as várias tendências centristas combateram e combatem o POR boliviano.

A IV Internacional se batia em torno ao revisionismo pablista, que procurou conduzir a política do POR, alimentando uma fração, que iria capitular sob a pressão do nacionalismo, galgado pelo MNR, e concretizado em traição às massas pelo seu governo. O pablismo passou pela experiência de 1952 como fração liquidacionista do POR. Sua derrota pela fração marxista-leninista-trotskista, liderada por Guillermo Lora, foi a condição da sobrevivência da vanguarda revolucionária, sem a qual não teria sido possível erguer a Assembleia Popular, de 1971, esmagada pelo golpe fascista do general Hugo Banzer. A tendência pablista foi derrotada programaticamente na Bolívia, no interior da revolução, e em nenhum outro lugar.

As tendências morenista e lambertista não foram capazes de assimilar as experiências e as conquistas do POR boliviano.

Acabaram como auxiliares do pablismo, na política de deformação dos acontecimentos de 1952, e isolamento internacional do POR. O fato de o trotskismo enraizado no proletariado boliviano não ter tido condições para realizar uma sistemática intervenção no interior da IV Internacional dificultou a luta pela superação da crise de direção, o que se reflete no objetivo histórico de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Guillermo Lora faz esse reconhecimento, e não deixa de assinalar os erros cometidos pelo POR, que retardaram o avanço de suas conquistas no terreno da luta internacional. Explica,

na forma de balanço autocrítico, que a influência do pablismo não foi apenas contraproducente para o desenvolvimento do internacionalismo na Bolívia, mas também para a linha do partido diante da ascendência do nacionalismo sobre as massas. O apoio crítico antimarxista ao MNR teve como consequência a formação de uma fração revisionista no seio do partido. A sua derrota, porém, fez parte do amadurecimento programático do POR, o que lhe permitiu dar passos seguros nas lutas que se seguiram à Revolução de 1952. O pablismo concluiu sua aventura revisionista capitulando diante do foquismo castro-guevarista.

Como se vê, as dificuldades interpostas no trabalho do Comitê de Enlace não se devem apenas ao caráter embrionário das seções da Argentina, Brasil e Chile,

mas também ao longo isolamento do POR. O fundamental, porém, é que as conquistas do POR boliviano se deram no terreno do internacionalismo, da aplicação do Programa de Transição. O fortalecimento das seções do Comitê de Enlace no seio do proletariado é a condição para progredir no objetivo de superar a crise de direção. Não se pode avançar na constituição de uma direção internacional, sem que esteja apoiada nas conquistas programáticas do POR boliviano, e no empenho das seções pela constituição de uma direção, volta à edificação do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Viva os 86 anos do POR!
Avancemos no trabalho internacional
de reconstrução do Partido Mundial
da Revolução Socialista!

Atilio de Castro, 2 de julho de 2021



PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Nesta edição:

- **Bolívia:** Cúpula para reativação econômica? / Discurso de “reativação econômica” só beneficia os empresários e multinacionais.
- **Argentina:** 20 anos de Zanon – Parte 3.
- **Notas Internacionais:** Projeção internacional da pandemia / *Chile* - Fora a farsa democrática da Constituinte! / *Chile* - A autodeterminação da nação Mapuche virá com a revolução proletária / *Haiti* - Assassinato do presidente expõe a decomposição social e política do país / *Nicarágua* - Decomposição do regime sandinista / *China* - 100 anos do Partido Comunista Chinês (PCCH).
- **Equador:** Os primeiros 30 dias do governo de Guillermo Lasso.
- **Lênin:** *Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.*



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Bolívia

Cúpula para reativação econômica?

Manobra do governo e da burocracia sindical para subordinar os bolivianos ao estado burguês, à classe dominante e ao imperialismo

Arce Catacora e os dirigentes da COB, em separado, anunciaram a urgência de organizar cúpulas por estados que concluirão em uma cúpula nacional, com a finalidade de estudar projetos orientados a reativar a economia do país. Estas cúpulas devem incorporar todos os setores para que, de maneira “unitária”, todos os bolivianos façam esforços, objetivando a reativação da economia que, segundo o governo, já estaria ocorrendo, graças a uma adequada política econômica, que o governo do MAS estaria pon-do em marcha.

Governo e burocratas sindicais colocam ênfase no conceito de “unidade”, dando a entender que os trabalhadores, o Estado e os empresários estão obrigados a recorrer ao mesmo caminho, e em franca colaboração (pacto social), para atingir o interesse comum de uma Bolívia livre da crise econômica, que garanta bem-estar a todos, postos de trabalho estáveis, soldos e salários que cubram as necessidades dos trabalhadores, lucros adequados para os empresários privados, e para as multinacionais imperialistas, etc. Ou seja, prometem uma Bolívia idilicamente “harmônica e sustentável”, onde os lobos e os cordeiros convivam em uma santa aliança de classes, e sem criar problemas ao Estado burguês.

Assim, o governo, que se autoproclama como socialista, revolucionário e até anti-imperialista, e a burocracia sindical corrupta e servil, concluem negando a luta de classes, e defendendo uma política de total subordinação aos interesses da classe dominante e das multinacionais. Não resta dúvida que, em nome da reativação econômica, pretendam submeter os trabalhadores e a grande maioria nacional, que depende do próprio trabalho (os camponeses pobres, os pequenos comerciantes, os artesãos, as amplas camadas da classe média arruinada, etc.), a uma situação mais precária, para favorecer fortemente os empresários e as multinacionais, que são os tentáculos da opressão imperialista no país.

Os bolivianos têm uma longa experiência de cúpulas sociais, uma impostura que serviu para encobrir a subordinação dos explorados aos interesses dos exploradores. Agora, não devemos novamente cair nessa armadilha e, se as circunstâncias obrigam a participar destes espaços, os explorados devem fazer isto elabo-

rando as suas próprias bandeiras de luta, encarnadas no programa revolucionário do proletariado, para impedir que a maioria caia nas redes do inimigo; não participar da armadilha desarmados, mas com as bandeiras para ganhar a maioria nacional faminta e oprimida do país para a política revolucionária.

Denunciar que não se consegue o desenvolvimento econômico com pequenos projetos regionais distracionistas, que não tocam nas raízes estruturais da crise econômica. O programa que será elaborado pela cúpula deve demonstrar a incapacidade da classe dominante e do Estado burguês em superar a crise econômica com pequenos remendos. Devemos defender:

- 1 – A estatização de toda mina privada (grande, média e pequena), para poder aproveitar plenamente o aumento conjuntural dos preços dos minérios no mercado mundial, e não se conformar com os miseráveis impostos de exportação, recolhidos pelos empresários e as multinacionais;
- 2 – Exploração e industrialização do lítio com plena soberania. Não ao entreguismo que serve às multinacionais;
- 3 – Arrancar as terras nas mãos dos latifundiários do Oriente boliviano, em benefício da imensa maioria de camponeses e originários despossuídos;
- 4 – Política protecionista por parte do Estado para defender a produção interna, com tarifas de importação elevadas para todos os produtos estrangeiros;
- 5 – Real estatização e industrialização do gás, com exploração e produção de novas reservas de petróleo;
- 6 – Nacionalização dos bancos privados, perdão dos empréstimos e juros;
- 7 – Estatização da medicina privada, e produção e importação de medicamentos por parte do Estado, para ser direta e gratuitamente distribuídos aos bolivianos que precisam mitigar seus males, etc.

(Extraído do Jornal Massas, 2658, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Bolívia**Discurso de “reativação econômica” só beneficia os empresários e multinacionais, descarregando o peso da crise sobre a maioria empobrecida**

Em uma sociedade dividida em classes sociais, com interesses opostos e antagônicos, a burguesia tem uma forma de conceber e enfrentar as crises econômicas, e os operários, outra. Os donos dos grandes meios de produção têm como objetivo principal cuidar de suas propriedades, e preservar a taxa de lucro, recorrendo ao corte dos gastos de produção (reduzindo salários, demitindo, desrespeitando as conquistas trabalhistas, etc.). É por isso que, no momento de elaborar as políticas econômicas governamentais e tomar decisões, o aparato estatal, ministérios e o poder judicial sempre priorizam e defendem os interesses privados. Para a mentalidade burguesa, o único caminho para reativar a economia é emprestar aos empresários valores altos com juros baixos, liberá-los de impostos, e auxiliá-los a superexplorar os operários, promovendo uma legislação trabalhista flexibilizada.

Para a classe operária, a severa situação econômica pós Pandemia, que vive o mundo e a Bolívia, é consequência da crise estrutural do capitalismo, caracterizada pelo fenômeno de superprodução de mercadorias e a anarquia da produção capitalista. Fenômenos produzidos pela decadência do modo de produção capitalista, assentado na apropriação massiva de mais-valia de milhões de operários, transformada em monstruosas riquezas individuais acumuladas. Por serem os responsáveis pela manutenção da contradição fundamental da

sociedade (produção social e apropriação privada), estão dispostos a manter a exploração, e descarregar as crises sobre as massas, não importa quantas crises econômicas surjam. Por outro lado, diante de qualquer conjuntura, o movimento sindical e revolucionário sempre deve defender uma resposta que priorize a defesa dos interesses da força de trabalho, diante da ofensiva do capital.

Nada de bom se pode esperar do atual governo masista. Arce Catacora, como demonstrou nos 14 anos como Ministro da Economia, é o representante direto e incondicional dos patrões (burguesia agroindustrial e financeira boliviana e multinacionais). Para estes falsos socialistas, igualmente para qualquer outro representante do pensamento econômico neoliberal, a “reativação econômica” e o “desenvolvimento econômico” somente são possíveis, fomentando e incentivando a atividade do setor empresarial privado, promovendo o aumento das inversões estrangeiras nos setores da mineração, hidrocarbonetos e na agroindústria. Seu modelo econômico, demagogicamente denominado “socialismo comunitário”, aprofunda a mesmíssima economia extrativista de matérias-primas, o que significa repetir e manter a história de 200 anos da vida republicana de dependência do Tesouro Geral da Nação às miseráveis rendas proporcionadas pelas multinacionais, orientando este excedente, como no período de bonança de 2006 a 2015, a fomentar uma

“bolha de consumo e desperdício”, que é conjuntural, desperdiçando a possibilidade de construir fundamentos sólidos para um desenvolvimento industrial, na base da criação de valor-trabalho no processo de produção de mercadorias manufaturadas.

Nada mudou. A política de pilhagem voraz de nossas ricas matérias-primas continua. Seguimos imersos no caráter capitalista atrasado da economia boliviana. Por isso, permanece em pé a consigna de libertação nacional, diante do imperialismo. Tarefa essa que deve ser dirigida pela classe operária mineira e fabril. Luta voltada à expropriação, sem indenização, das multinacionais, expulsando-as do país, e a acertar as contas com o reformismo pró-burguês do M.A.S., que já concluiu o seu ciclo histórico, ajoelhando-se diante da burguesia.

Por fim, este discurso de “cúpulas”, de “unidade” e de “pactos sociais”, não é mais do que uma política de traição e de submissão do movimento operário e popular aos interesses do capital. Eis por que, se essa política continuar, serão os trabalhadores que pagarão o custo social da “reativação econômica”, anunciada pelo impostor presidente e seus lacaios, que hoje estão na direção das organizações sindicais da classe operária.

(Extraído do Jornal Massas, 2658, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35

100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

RECONSTRUIR O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA, A IV INTERNACIONAL

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL



Argentina

20 ANOS DE ZANON – PARTE 3:

“Zanon é do povo – Apoie os operários”

Pensar a experiência de Zanon implica poder analisar cada um dos aspectos que nos permitam entender sua relevância na história da luta de classes regional e nacional.

Como vimos nos artigos anteriores, foram anos de trabalho militante, que os levaram à ocupação e logo à manutenção da produção da fábrica, inclusive com todas as limitações que impõe a realidade de uma cooperativa no marco do sistema capitalista. À unidade que se conseguiu construir no interior da fábrica, se somou a necessidade de unir a luta de Zanon ao conjunto dos trabalhadores. O trabalho com a população, principalmente, nos bairros do oeste neuquino e Centenario, de onde provinham a maior parte dos operários, foi fundamental.

Durante o ano de 2001, ano em que a patronal avançou com o locaute patronal e as demissões, os operários tomaram consciência de que a luta que estavam levando adiante não podia ser isolada. Existia um ponto de união entre eles e os trabalhadores, que sofriam os efeitos da crise de 2001, e era necessário unificar a defesa dos postos de trabalho em um contexto de milhares de desempregados. A luta de Zanon, em pouco tempo, conseguiu se transformar em uma bandeira da classe operária empregada e desempregada, que via sua luta por trabalho ser refletida na luta que os operários levavam adiante.

Sob a consigna “Zanon é do povo – apoie os operários”, recorreram aos bairros de Neuquén, em busca de apoio. A campanha tinha como uma

das consignas: “um folheto por um alimento”, e assim começaram as coletas para o fundo de greve, com notas nos cadernos de comunicação dos estudantes por parte dos docentes, que acompanhavam a luta ceramista, e até as rações de comida que cederam aos presos da U11. Todos atos de solidariedade, que não poderão ser esquecidos. Há operários que dizem que “nunca acreditaríamos que teríamos tanto apoio da população”.

O fato de Zanon ter se transformado em causa popular, com apoio e solidariedade da população e de diferentes organizações de desempregados, como o MTD, seções de ATEN, centros de estudantes, organismos de direitos humanos e partidos políticos, contribuiu sem dúvida para a retomada e manutenção da fábrica.

Projeção internacional da pandemia AVANÇA A GUERRA COMERCIAL

Somente o proletariado organizado poderá se autodefender e defender a vida da maioria oprimida

185 milhões de infectados e 4 milhões de mortos no mundo pelo Covid-19 (na América Latina, são 38 milhões e 1,3 milhão, respectivamente). A elevada mortalidade, combinada à destruição de direitos, salários e empregos, retratam a dimensão da catástrofe, e denunciam o bloqueio imposto pelos monopólios à vacinação mundial, fundamentalmente aos países pobres e miseráveis.

O controle pelos monopólios sobre a produção e comercialização dos imunizantes se tornou uma arma para condicionar governos, e ampliar o intervencionismo imperialista. Por sua vez, a Organização Mundial da Saúde (OMS) agiu como caixa de ressonância dos monopólios imperialistas na guerra comercial (a concorrência pelas vacinas é uma de suas faces), travada pelas potências contra Rússia e China. O Covax (consórcio mundial criado pela OMS, para receber as doações de vacinas das potências e distribuí-los entre os países semicoloniais) virou um simples instrumento da diplomacia da frente imperialista, comandada pelos Estados Unidos, para impedir que os governos comprassem imunizantes da Rússia e China, favorecendo os da Pfizer, Janssen e AstraZeneca.

A América Latina tem sido palco destacado na guerra das vacinas. A região abriga 8% da população mundial, embora concentre o mais elevado índice de contágios e mortes por número de habitantes. Ao todo, o conjunto de países semicoloniais (à exceção

do Chile) recebeu vacinas para imunizar menos de 3% de sua população. Nos EUA e Canadá, mais de 70% da população será imunizada, até fins de julho. Um abismo semelhante existe ao interior da União Europeia (UE), entre os países da Europa Ocidental e os do Leste Europeu. E emitem-se “passaportes sanitários” continentais, apenas para os vacinados com imunizantes da Pfizer e AstraZeneca.

A guerra ao redor das vacinas chega ao ponto de utilizar os estoques existentes como moeda de troca, para impor condições criminosas aos países oprimidos. Israel, por exemplo, ofereceu “doar” 1,5 milhão de doses da Pfizer próximas do prazo de vencimento às autoridades palestinas. Em troca, os palestinos deviam devolver uma quantidade igual das doses que recebessem pelo Covax. Israel vacinou 67% da população, os palestinos apenas 7,5%. Mascarando-se de “humanitário”, o sionismo, de fato, pretendia se livrar do estoque em excesso no país, e transferir as perdas por sua não utilização, bem como os riscos à saúde, para os palestinos. A negação das autoridades palestinas à criminosa troca levou os sionistas a barrarem as vacinas da Covax para os territórios palestinos.

O imperialismo recorreu ao método criminoso de dominação contra a Venezuela e Cuba. No caso da Venezuela, o bloqueio dos EUA sobre as transações financeiras do governo venezuelano im-

pede a compra de vacinas suficientes, utilizando as mortes e contágios de milhares para atingir o chavismo, e favorecer a oposição direitista. Cuba desenvolveu suas próprias vacinas: a Abdala e Soberana 2. Porém, o bloqueio imperialista dificulta a compra de insumos para os imunizantes. Destacamos ainda o que se passa no Haiti. Devastado pela crise, a guerra civil e o saque imperialista, sequer começou a vacinação, quando o governo – um títere do imperialismo – já tinha rejeitado a oferta de vacinas do Covax (mais baratas), em favor da compra de vacinas da AstraZeneca (mais caras).

Nota-se que são os monopólios e os governos imperialistas que determinam o ritmo, a oferta, distribuição e aplicação de vacinas. De forma que é impossível conciliar os interesses dos capitalistas com as necessidades das massas. E, assim, os estragos

sanitários continuarão a atingir a população oprimida, enquanto não se utilizarem os recursos técnicos, científicos e humanos existentes – de forma racional e centralizada – em benefício das mais amplas massas oprimidas.

Está colocada a luta pela expropriação e estatização dos monopólios químico-farmacêuticos, e a tarefa de impor o controle operário e popular sobre os planos de vacinação e todos os recursos técnicos e humanos, organizando as massas a partir de seus organismos próprios e desenvolvendo os métodos próprios de luta. É na luta pelo programa de emergência próprio das massas que se forjará a vanguarda com consciência de classe, capaz de dirigir a classe operária sob o programa de derrubada dos governos pró-imperialistas, expropriação dos capitalistas e revolução proletária.

Chile

Fora a farsa democrática da Constituinte! Retomar o caminho da luta de classes!

No domingo, 4 de julho, se inaugurou a Assembleia Constituinte. Elisa Loncón, dirigente mapuche, foi eleita presidente, para dirigir os trabalhos de redação de uma nova carta Magna. A direita burguesa estava em minoria. Loncón obteve 96 do total de 153 votos. Obteve o apoio dos constituintes dos Mapuche e Colla, do Partido Socialista, da Frente Ampla, do Partido Comunista do Chile e da Lista Popular, formada por organizações e independentes que se dizem socialistas e anticapitalistas.

Em seu discurso, a presidente afirmou que a Constituinte poderá, finalmente, “mudar a história”, e construir um país “plurinacional”, “multicultural”, e firmado na “interculturalidade” e na “diversidade sexual”. Para isso, devia-se convocar a mais ampla unidade para dar uma resposta aos pleitos históricos dos povos originários e às reivindicações surgidas da rebelião popular de 2019. Mas, enquanto na Constituinte se proferiam discursos e se organizava a posse dos eleitos, do lado de fora do Congresso, uma manifestação que pedia aos constituintes que aprovassem uma Lei de anistia aos presos políticos de 2019 era violentamente reprimida.

O que se passou foi uma amostra clara das contradições insolúveis, entre a retórica farsesca da democracia burguesa, com seus ritos e cenas, com a realidade da política burguesa e da luta de classes. De fato, a Constituinte não terá nenhum poder para aprovar leis que possam vir a mudar as bases econômicas e jurídicas do regime burguês. Embora possa fixar princípios genéricos

de igualdade, reconhecer formalmente certos direitos das nações indígenas, e recheiar o texto da nova Constituição com eloquentes declarações em defesa dos direitos políticos e sociais dos oprimidos, não tocará em um só fio de cabelo da propriedade privada dos meios de produção, fonte de todos os males sociais do capitalismo, e do Estado burguês, instrumento da ditadura de classe dos exploradores.

A Constituinte resultou da intervenção de uma frente ampla democratizante (que uniu desde a ultradireita até a esquerda), voltada a desviar as tendências de luta de classes, e abortar a situação pré-revolucionária, aberta com a insurgência das massas em 2019. A Constituinte é um reflexo na superestrutura desse percurso político. É parte da canalização da revolta das massas, a ausência de um poderoso partido revolucionário, portanto, da crise de direção.

A experiência demonstrará às massas a impotência da Constituinte para dar resposta as suas reivindicações, que funcionará sob a ameaçadora sombra do aparelho repressivo e das constantes manobras burguesas, para impedir que se apliquem decisões contrárias aos interesses dos capitalistas chilenos e do imperialismo. O que facilitará a tarefa da vanguarda com consciência de classe – que tem seu embrião de partido marxista-leninista-trotskista no Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário – de retomar a luta pela independência política das massas, e desenvolver o programa e os métodos da revolução e ditadura proletária.

Chile

A autodeterminação da nação Mapuche virá com a revolução proletária

Facundo Jones Huala, Lonko (chefe administrativo e político de uma comunidade Mapuche), e dirigente da organização Resistência Ancestral Mapuche (RAM), foi preso na Argentina, em 2017, e extraditado ao Chile, sob a acusação de terrorismo por incêndio de um prédio rural na região de Los Rios (Chile), que pretendia evitar a instalação de uma hidrelétrica em territórios ancestrais.

Huala é mais um dos presos políticos mapuches, que enchem as prisões chilenas, por resistirem ao avanço de latifundiários e capitalistas agroindustriais. Por mais de 500 anos, o extermínio, as perseguições e assassinatos se combinaram com a cooptação de setores e dirigentes que melhor serviam aos regimes burgueses, para acobertar legal e juridicamente o saque e exploração de terras pelos latifundiários,

capitalistas agroindustriais, mineradoras, etc. RAM é uma das expressões políticas mais avançada daqueles setores do povo mapuche, que não abandonaram a luta contra seus opressores.

A prisão e condenação de centenas de mapuches, sobre a base da ditatorial “Lei Antiterrorista”, ditada pelos Estados Unidos, demonstra que não há como garantir o livre direito dos mapuches de disporem

de suas terras, sem que se desmantele o aparelho repressivo e derrotar o governo burguês. Eis a importância da declaração de Huala, que denuncia os dirigentes mapuches que se submetem à farsa da Constituinte. O que significa abandonar a luta e servirem de instrumentos aos brancos “donos do poder”, contra seus irmãos, afirmou.

Assim como a grande propriedade privada submeteu, ao seu domínio, todos os modos de produção pré-existentes, subordinou também, aos seus métodos e seu Es-

tado, parte da organização política da nacionalidade Mapuche. Não haverá como conquistar sua soberania sem integrar sua luta contra a opressão nacional à luta revolucionária do proletariado. A expropriação dos latifundiários e grandes capitalistas (revolução agrária e a expropriação da propriedade monopolista dos meios de produção, transformando-a em propriedade social) é a via para que possam, se assim desejarem, se separarem e desenvolverem livremente seu Estado próprio. O proletariado, na posse do poder e apoiado

nos camponeses pobres (governo operário e camponês), irá garantir, ao povo mapuche, o direito à autodeterminação.

Liberdade imediata de todos os presos políticos mapuches! Organizar a autodefesa das massas mapuches! Viva a luta dos Mapuches pela sua autodeterminação nacional!

(Síntese da nota do jornal
do Comitê Construtor do Partido Operário
Revolucionário no Chile)

Haiti

Assassinato do presidente expõe a decomposição social e política do país

Em 6 de julho, em uma operação, foi assassinado o presidente do Haiti, Jovenel Moïse. O primeiro-ministro interino, Claude Joseph, decretou Estado de sítio. A Polícia Nacional abateu quatro suspeitos, e deteve outros dois. Fala-se da ação de forças estrangeiras, visando a desestabilizar o país.

Moïse se elevou ao poder apoiado na fração exportadora da burguesia haitiana, ligada aos monopólios e governos norte-americanos. Foram essas forças que o levaram à presidência, aprovando uma Reforma Eleitoral, que barrou a participação da oposição. Logo, iniciou uma série de contrarreformas antinacionais e antipopulares, ditadas pelo imperialismo. Medidas que levaram a revoltas populares, durante todo o ano de 2020. Para se manter no poder, após vencer seu mandato em 2021, recorreu à dissolução do Congresso, passando a governar por decreto. O que o colocou em conflito, não apenas com as massas, mas também com as frações da oligarquia burguesa haitiana, deslocadas do aparelho estatal.

A experiência demonstra às massas que, entra governo, sai governo, e nada melhora para suas vidas, continua a vigorar a opressão imperialista, e permanece o saque dos monopólios e seus aliados internos sobre o país. Está aí por que a verdadeira “reconstrução” do país iniciará com a luta contra o intervencionismo dos Estados Unidos, ruptura com o imperialismo de conjunto, e a expulsão da oligarquia burguesa do poder.

A imprensa imperialista estabeleceu a tese de um “Estado falido”, como expressão da incapacidade do povo haitiano de construir uma República firme e uma democracia ampla. Oculta-se, assim, seu caráter de país semicolonial, oprimido pelo imperialismo, que determina qual a ajuda humanitária, a quais objetivos se orienta, e qual o presidente a tomar posse. O raquitismo das forças produtivas e a concentração das rendas pelas exportações por uma minoria burguesa fazem, dos fundos internacionais de “ajudas humanitárias”, motivo das disputas intestinas em torno ao parasitismo do Estado. O assassinato de Moïse configurou uma retaliação de gangues políticas e frações burguesas, deslocadas e

vedadas ao acesso dos recursos do Estado.

Isto se passa por cima das condições de profundo atraso nacional e destruição das condições de vida das massas, que estão na base dos levantes dos explorados dos últimos anos. A experiência demonstra às massas que, entra governo, sai governo, e nada melhora para suas vidas, continua a vigorar a opressão imperialista, e permanece o saque dos monopólios e seus aliados internos sobre o país. Está aí por que a verdadeira “reconstrução” do país iniciará com a luta contra o intervencionismo dos Estados Unidos, ruptura com o imperialismo de conjunto, e a expulsão da oligarquia burguesa do poder.

Ex-colônia francesa, independente desde 1804, produto de uma revolta dos escravos negros contra os latifundiários escravocratas franceses, o Haiti é o país mais pobre do Hemisfério Ocidental. A derrota das forças francesas, e depois das espanholas, que lutavam para retomar o controle colonial do país, levou o imperialismo a esmagar a revolução. A França, após sua expulsão, impôs ao Haiti uma indenização anual pelas perdas. Posteriormente, seriam os Estados Unidos que bloqueariam todo desenvolvimento industrial e comercial do Haiti, visando a ampliar seu controle sobre as Antilhas. A opressão imperialista é responsável, em grande medida, pelas condições de profundo atraso econômico e penúria das massas. Nesse longo processo de dominação e saque, fracassaram as tentativas de constituir um partido revolucionário.

Nos levantes, se forjará a vanguarda que poderá constituir uma direção revolucionária e edificar o programa da revolução proletária, capaz de transformar a revolta permanente das massas diante dos governos antinacionais e antipopulares que se sucedem. A expulsão do imperialismo e a independência nacional são necessárias, para que se iniciem profundas transformações na base econômica do país. Somente um governo operário e camponês poderá resolver as tarefas democráticas pendentes no Haiti, e abrir caminho ao desenvolvimento das forças produtivas industriais.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

Nicarágua**Decomposição do regime sandinista**

As eleições gerais no país foram convocadas para novembro. Daniel Ortega, da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), concorrerá pela quinta vez consecutiva.

O ex-guerrilheiro manteve uma elevada influência entre as massas, durante décadas, por seu papel de dirigente na Revolução Sandinista de 1979, que derubou a ditadura de Anastasio Somoza, e por chefiar um governo que favoreceu, no passado, a estatização de setores da indústria, distribuiu terras entre o campesinato, e possibilitou conquistas salariais e trabalhistas. As poucas conquistas da revolução sandinista foram, no entanto, sendo sabotadas e destruídas pela pressão da oligarquia agrária e pelo imperialismo. O governo pequeno burguês de Ortega acabou se voltando contra os interesses elementares dos explorados. Chegou ao ponto em que a maioria rejeita sua permanência no poder. Os explorados responsabilizam o governo sandinista de destruir direitos, rebaixar os salários, e potenciar a fome. O levante popular de abril de 2018 demonstrou que

as massas estavam dispostas a enfrentar o nacional-reformismo degenerado, que avançava pela trilha das contrarreformas e do desmonte das conquistas democráticas da Revolução Sandinista.

A mudança nas relações entre as massas e o governo de Ortega insuflou setores da burguesia nacional a romper sua aliança com o governo, e se apoiar no imperialismo para impor uma saída negociada, que favorecesse a ascensão ao poder de um governo abertamente pró-imperialista. A brutal repressão (300 assassinados), milhares de presos, perseguição de opositores e expurgos no interior do FSLN mostraram que Ortega decidia se manter no poder a tudo custo. O que exigia reverter as tendências que indicavam que a oposição ganharia claramente as eleições.

O governo decidiu dissolver a oposição eleitoral e, dessa forma, evitar a confluência do descontentamento das massas com uma legenda oposicionista capaz de ganhar as eleições. Quatro pré-candidatos foram presos em uma semana, bem como juízes, dirigentes so-

ciais, e até ex-comandantes e dirigentes do FSLN que contestavam as tendências autocráticas de Ortega. Sem base social capaz de lhe garantir uma vitória eleitoral e se mobilizar contra o intervencionismo imperialista, resta a Ortega apenas recorrer ao aparelho repressivo, para garantir a sobrevivência de seu governo que, de popular, se transformou em antipopular.

A ausência do proletariado, organizado como força social independente, e intervindo na crise com seu programa e métodos de luta próprios, impedem superar o governo esgotado, derrotar as manobras do imperialismo e da reação interna. O que exige avançar contra a grande propriedade privada dos meios de produção e o domínio imperialista. É cumprindo a tarefa de superar a crise de direção revolucionária, construindo o partido marxista-leninista-trotskista, que o proletariado e demais oprimidos avançarão pelo caminho da completa e verdadeira libertação do país da opressão social e nacional, sob o programa e estratégia da revolução e ditadura proletária.

Equador / Nota enviada por um camarada do Equador**Os primeiros 30 dias do governo de Guillermo Lasso*****Inicia-se a ofensiva neoliberal sobre as empresas públicas, aumento do militarismo e destruição da herança correísta no Estado equatoriano***

No dia 24 de maio, tomou posse o novo presidente do Equador, Guillermo Lasso. Agora, um mês após a cerimônia, já implanta sua política privatista e neoliberal. Nada incomum ao seu programa de governo, que já previa privatizações, enxugamento e expurgo de qualquer resquício do correísmo da máquina de Estado, sob a justificativa de “combate à corrupção”, palavreado hipócrita da oposição burguesa neoliberal, para atender aos interesses do imperialismo sobre a nação oprimida.

Nos primeiros dias de governo, Lasso convocou encontro para reestruturação do serviço de Inteligência do Estado. Na reunião, destacou a necessidade de eliminar “a subordinação dos militares aos interesses políticos de um partido, e acabar a ‘espionagem’ a opositores do governo”, na visão do presidente, “conduta presente nas gestões anteriores” de Correia e Moreno. À parte disso, o verdadeiro intuito do encontro foi aumentar a militarização e independência das Forças Armadas e da Polícia Nacional.

Agora, os militares têm carta branca, para reprimir a “delinquência comum e evitar delitos transnacionais”, leia-se reprimir os pobres, miseráveis e marginalizados das periferias,

especialmente a juventude, que encontra nos delitos e narcotráfico formas paliativas de driblar o desemprego, a fome e a falta de acesso à educação, ou seja, a própria barbárie, produto da putrefação do capitalismo, incapaz de levar vida digna às massas exploradas. Além disso, agora o Centro de Inteligência Estratégica (CIES) estará mais do que antes a serviço do Estado, para detectar “qualquer ameaça à paz social”, ou seja, será usado contra os oprimidos para eventual repressão dos levantes, que se desenvolvam como descontentamento com a política privatista do novo chefe de Estado.

Na Educação, o ilusório sonho de livre acesso à Universidade Pública, do qual a juventude pobre foi refém, alimentada pelas demagogias de Lasso, acabou. Uma de suas principais promessas de campanha, que levou a relevante capital eleitoral entre a juventude, mostrou o que havia por detrás da cortina de fumaça. Alejandro Ribadeneira, Secretário de Educação Superior do governo, já sinalizou mudanças que não têm nada a ver com livre acesso. O EAES (Exame para o Acesso à Educação Superior), uma espécie de ENEM, será eliminado. Em seu lugar,

se implementará a prova “Trasformar”, e um teste de orientação vocacional. O primeiro medirá “competências, habilidades, e reconhecimento do esforço na escola”, uma espécie de prova meritocrática que, ao contrário de garantir o livre acesso à universidade para toda a juventude, aumentará a disparidade entre ricos e pobres no acesso ao ensino superior, afinal, aqueles que pelo desemprego, fome, inexistência de merenda escolar, falta de infraestrutura, etc. não puderam obter boas notas na escola, continuarão à margem da universidade, enquanto as classes abastadas acederão às instituições de ensino superior.

Essa política exclusivista apresenta a inviabilidade do capitalismo na fase imperialista de garantir o livre acesso à universidade. Os recursos disponíveis não servirão para fomentar a ciência, tecnologia, indústria e geração de emprego, ao contrário, servirão para o pagamento de juros da dívida externa ao capital financeiro, especialmente ao FMI, tão criticado pelas massas no governo de Moreno, no qual cortou os subsídios do Estado sobre os combustíveis, para ter canal de negociação com o Fundo. Crítica que reverberou na radicalização dos oprimidos no fim de 2019. E agora, por meio de Lasso, banqueiro e bom menino do capital financeiro internacional, a despeito dos que o elegeram com a ilusão de melhoria de vida, os ataca, ao manter os acordos firmados com o FMI.

Outro ato do neoliberal deu-se sobre a empresa pública Seguros Sucre S.A., na qual agora, graças ao Decreto 82, terá de promover a liquidação voluntária de seus segurados, e interrupção de novos negócios para emissão, extensão ou renovação de apólices. Além disso, os órgãos dependentes do Poder Executivo, Governo Central e institucional deverão abster-se de contratos com a empresa. Portanto, a seguradora já não terá o monopólio da prestação de serviços às empresas públicas. Isso expressa um dos primeiros ataques às estatais equatorianas plasmado na Seguros Sucre S. A., empresa que, em 2018, sofreu vários ataques nas diversas mídias por advogados, jornalistas e “cabilderos” todos financiados por seguradoras privadas, que possuíam 84% do mercado nacional e, desde então, buscavam abocanhar os 16% restantes da fatia da seguradora estatal. Está aí o ódio fomentado por suas concorrentes.

Em meio a isso, o discurso sobre o mau serviço no setor público é figura repetida no jargão neoliberal, ecoa seu interesse em

privatizar, a preço de banana, essa e outras empresas públicas, para colocá-las sob os ditames do mercado internacional, com altos preços e taxas de juros absurdas, prejuízos que, em última instância, são pagos pelos oprimidos. O ataque à seguradora é parte do ataque neoliberal às estatais, imposição da vontade imperialista no país semicolonial. Quando a privatização não ocorre rápido, enfraquecem a empresa, e depois a vendem a preços abaixo do mercado, com a escusa de trazer prejuízos aos cofres públicos, portanto, que não é rentável. Uma hipocrisia capitalista para tomar as empresas públicas do país. Além da seguradora, o entre-

guista Guillermo Lasso já estuda o ataque a outras estatais. Busca abrir concessão da CNT (Corporação Nacional de Telecomunicações), rodovias, refinarias, etc.

A chegada de Lasso ao poder expressa a frustração das massas, devido à experiência anterior com o nacional-reformismo, este não sanou o problema do desemprego, da terra, moradia, desigualdade, miséria, etc. Logo, os explorados, com Lasso, caminharam à direita, em busca de melhores condições de vida, não asseguradas pelos governos de esquerda anteriores, Moreno e Correa. O movimento pendular dos oprimidos, entre a esquerda reformista e a direita privatista, é sintomático do atual cenário de crise internacional de direção revolucionária e da barbárie social capitalista. Impossível

de resolver-se, via eleições burguesas. Por um lado, o reformismo quer lograr a utopia de atender a dois senhores (trabalhador e empresariado); por outro, o conservadorismo de Lasso só tem a oferecer a privatização das mais importantes empresas estatais, desemprego, fome e mais miséria à nação semicolonial.

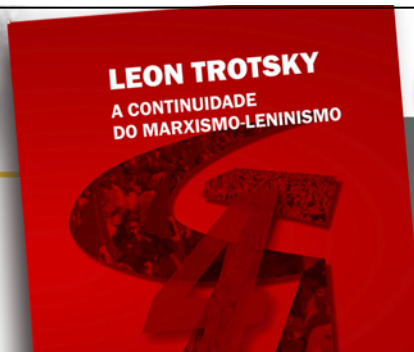
Só mediante a construção e direção de um partido que assimile as necessidades históricas do proletariado equatoriano, se abrirá caminho à melhoria de vida das massas. Para reagir à nova fase de ofensiva burguesa sobre os oprimidos, o proletariado equatoriano terá de construir seu partido, que encarne a estratégia de tomada do poder de Estado e estabeleça a sua ditadura de classe sobre seus exploradores. Para pô-lo em marcha, é necessário a organização de lutas por meio da ação direta em defesa de empregos, salários, moradia etc.; e pôr abaixo as contrarreformas antipopulares e privatizações. As lutas devem reacender a centelha iniciada em 2019, só assim se defenderão os oprimidos contra a ofensiva privatista e se alicerçará a construção do Partido Operário Revolucionário do Equador!

***O movimento pendular dos oprimidos, entre a esquerda reformista e a direita privatista, é sintomático do atual cenário de crise internacional de direção revolucionária e da barbárie social capitalista. Impossível de resolver-se, via eleições burguesas.
(...) Só mediante a construção e direção de um partido que assimile as necessidades históricas do proletariado equatoriano, se abrirá caminho à melhoria de vida das massas.***

Publicado o livro:

LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“ Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

China – 100 anos do Partido Comunista Chinês (PCCH) É PRECISO CONSTITUIR UM PARTIDO MARXISTA-LENINISTA-TROTSKISTA

Com um ato na Praça da Paz Celestial, comemoraram-se os 100 anos do Partido Comunista da China (PCCH). Xi Jinping, secretário-geral do partido, aproveitou para se apresentar como continuador da obra de Mao Tsé-Tung. Ressaltou que o partido está no poder como coluna vertebral do avanço e crescimento chinês.

A revolução que derrotou a feudal-burguesia, o nacionalismo, o imperialismo japonês e, em seguida, o conjunto das potências, tendo à frente os Estados Unidos, em 1949, resultou de uma heroica e sangrenta resistência das massas camponesas e proletárias, sob a direção do Partido Comunista, organizado e dirigido por Mao Tse Tung. A revolução democrática e anti-imperialista libertou a China do domínio das potências, e liberou as massas pobres do campo do servilismo semifeudal, concluindo com a expropriação da burguesia, e a transformação da propriedade privada em propriedade social. Rompeu-se mais um elo da cadeia de dominação imperialista logo após a Segunda Guerra Mundial – o primeiro rompimento se deu com a Revolução Russa nas condições da Primeira Guerra Mundial – e abriu-se a transição do capitalismo atrasado chinês para o socialismo.

O proletariado mundial e os demais trabalhadores devem saudar as conquistas revolucionárias dos explorados chineses, que, há 72 anos, impôs uma extraordinária derrota ao imperialismo. Há que se reconhecer que, sem a direção do Partido Comunista Chinês e o sacrifício de sua militância nas trincheiras da guerrilha, o proletariado aliado aos camponeses não poderia ter tomado o poder, e impor seu programa de expropriação da feudal-burguesia.

O partido revolucionário é uma das condições essenciais para as massas vencerem seus opressores. Esse lugar na luta pela derrocada do capitalismo e construção do socialismo não cessa com a tomada do poder. As maiores dificuldades, como reconheceu Lênin, se manifestam no objetivo de avançar no caminho seguro da transição para o socialismo. A superação das travas internas, que se levantam na forma de continuidade da luta de classes contra as forças restauracionistas, depende da continuidade da revolução, que se inicia nas fronteiras de um país em revolução, e avança para os outros países, portanto, depende da revolução mundial.

Os 100 anos do PCCH não foram homogêneos. Um fato é reconhecer a origem da importância histórica do partido e seu desenvolvimento como direção das massas revolucionárias. Outro é desconhecer a degeneração do partido. Em escala de maior importância histórica, foi o que se passou com o Partido Bolchevique, que passou a ser denominado Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Dizemos de maior importância no que diz respeito ao partido, que elevou o marxismo ao seu ponto mais alto da aplicação do materialismo histórico, da teoria, da ideologia e do programa, sob a direção de Lênin.

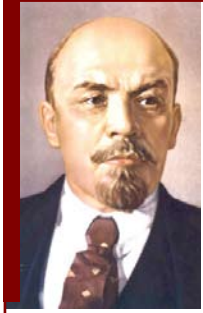
O PCCH esteve muito aquém de assimilar e aplicar o marxismo-leninismo. A sua fundação, em julho de 1921, se deu sob a influência do bolchevismo e da III Internacional. O domínio

de Stalin e seus partidários sobre o PCUS, a partir de 1923, e a derrota da Oposição de Esquerda Russa, liderada por Trotsky, levou à estalinização do PCCh. A luta da Oposição de Esquerda contra a diretriz da III Internacional estalinizada para o jovem partido chinês veio a ser comprovada, não só na aventura da entrada dos comunistas no partido nacionalista (Kuomintang), como depois da revolução. O PCCh não conseguiu superar a orientação do “socialismo em um só país”, estabelecida pelo estalinismo. Mao Tsé Tung, que se potenciou como dirigente na organização da guerrilha, chegou em 1945 como líder máximo do partido, sem, contudo, deixar de seguir as pegadas do estalinismo. Valeu-se da confusão entre leninismo e estalinismo. Após a morte de Stalin, o PCCh foi se afastando do PCUS. Em 1969, o conflito sino-soviético beirou à guerra, por questões nacionais. O que indicou o estado avançado das forças internas restauracionistas em ambos os países.

A comemoração do governo chinês restauracionista aos 100 anos do PCCh não passa de uma farsa, que acoberta a história de capitulação de Mao e demais dirigentes, diante do estalinismo. A vanguarda com consciência de classe tem a tarefa de recuperar o terreno perdido pelas revoluções proletárias do século XX.

Os Estados Unidos se valeram da desintegração das relações entre a União Soviética e a China, para apertar o cerco à burocracia, e levá-la a dar curso ao processo de restauração. Em 1978, Deng Xiaoping, herdeiro de Mao, dá o primeiro passo nesse sentido, abrindo a economia para a ampla penetração do capital monopolista. O bloco soviético começa a desmoronar logo em seguida, e, em 1991, a União Soviética desmorona. Como se pode ver, não se pode desligar a história do PCCh do estalinismo, corrente burocrática revisionista e contrarrevolucionária. As experiências da Revolução Chinesa e a decomposição do PCCh devem ser estudadas criticamente pelos marxistas-leninistas-trotskistas.

A comemoração do governo chinês restauracionista aos 100 anos do PCCh não passa de uma farsa, que acoberta a história de capitulação de Mao e demais dirigentes, diante do estalinismo. A vanguarda com consciência de classe tem a tarefa de recuperar o terreno perdido pelas revoluções proletárias do século XX. O que exige rigorosa aprendizagem e aplicação dos fundamentos do internacionalismo proletário, que se encontram, principalmente, na I Internacional de Marx e Engels, na III Internacional dos Primeiros Quatro Congressos, dirigidos, sobretudo, por Lênin, e na IV Internacional da época de Trotsky. A luta do proletariado mundial tem na China uma das tarefas mais urgentes. Erguer um partido marxista-leninista-trotskista, capaz de desenvolver a luta pela revolução política e reconquistas da revolução social. Viva a Revolução Chinesa! Morte à restauração capitalista!



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

Neste número do Jornal Massas, damos continuidade às posições de Lênin desenvolvidas no X Congresso do Partido Comunista Bolchevique Russo (PC(b)R). É dedicado a demonstrar o enfrentamento de Lênin com a Oposição Operária, dirigida por Alexandra Kollontai, e Alexander Gavrilovich Shliapnikov. O Congresso não conseguiu demovê-la de suas posições sindicalistas e anarquistas, acabando por excluí-la dos quadros do partido. As divergências em torno à função dos sindicatos chegaram ao X Congresso esgotadas. As formulações de Trotsky e Bukharin foram derrotadas sem muito problema. Ao contrário, Lênin se empenhou em derrotar a Oposição Operária, que insistiu em seus desvios sindicalistas e anarquistas.

Nota-se que Lênin teve de entrar em detalhes que mostravam os perigos de uma oposição pequeno-burguesa, nas condições em que o partido tinha pela frente a tarefa de dar os primeiros passos na reativação da indústria e da economia em seu conjunto. O fracionismo, nesse momento, enfraquecia o partido, que se mostrava debilitado diante da classe operária, quase que dissolvida, e das tremendas pressões dos camponeses arruinados. A unidade do partido, portanto, se colocava acima das divergências promovidas por uma fração opositora às decisões do Comitê Central e dos demais organismos partidários, voltadas a superar o estado de ruína da economia e de suas negativas consequências sociais para consolidar a transição do capitalismo para o socialismo. Lênin já havia alertado para o perigo do fracionismo, desencadeado no quadro da divergência sobre os sindicatos.

Agora, no X Congresso, a discussão teria também de ir a fundo sobre o fracionismo da Oposição Operária. Havia um complicador, que deveria ser elucidado e respondido com uma orientação programática. A Oposição Operária se valia da existência de um processo de burocratização, que comprometia a implantação das decisões partidárias e do governo soviético. Era preciso evidenciar para os delegados que a burocratização tinha de ser combatida implacavelmente, mas com a política do proletariado, e não com o da oposição pequeno-burguesa, que reclamava em favor da “democracia e liberdade”, transformando-as “em consignas que levavam à derrocada do poder soviético”.

A intervenção de Lênin esteve voltada a reverter a tendência fracionista da Oposição Operária, estabelecendo uma linha correta no combate aos “métodos burocráticos”. Explica Lênin: “Necessitamos conhecer mais sobre isso no Congresso, necessitamos compreender que a luta contra os males da burocracia é absolutamente indispensável, e que é tão complexa como a luta contra o elemento pequeno-burguês. Em nosso sistema estatal, as práticas burocráticas se tornaram uma enfermidade tão séria, que se fala dela no programa de nosso partido, porque está vinculada com o elemento pequeno-burguês, que está amplamente difundido”. “(...) A miúdo, aqueles que mais reclamam

dos males da burocracia não sabem como exercer este direito. É preciso prestar uma atenção muito grande a esse fato. (...) Neste âmbito, observamos com frequência que alguns que combatem esse mal, possivelmente com o desejo sincero de ajudar o partido proletário, a ditadura proletária e o movimento proletário, ajudam na realidade os elementos anarquistas pequeno-burgueses, que, em mais de uma ocasião, durante a revolução, demonstraram ser o inimigo mais perigoso da ditadura do proletariado”. Eis por que um dos pontos de discussão se deu em torno aos ensinamentos da revolta de Kronstadt.

Lênin chama a atenção para se ter claro a gravidade do momento. Diz: “Estamos atravessando um período de grave perigo: a contrarrevolução pequeno-burguesa, como já disse, é mais perigosa que a de Denikin. Os camaradas não negaram esse perigo. A particularidade dessa contrarrevolução consiste em que é pequeno-burguesa e anarquista. Afirmando que existe um vínculo entre as ideias e as consignas desta contrarrevolução pequeno-burguesa e anarquista com as consignas da ‘Oposição Operária’”. Kollontai e Shliapnikov, entre outros importantes adeptos da Oposição Operária, portanto, serviam de canal de pressão da contrarrevolução pequeno-burguesa. Aí está bem definido o caráter de classe dessa política opositora. Eis: “Vocês admitiram que estão na oposição. Chegaram ao Congresso do partido com o folheto da camarada Kollontai, que se intitula A Oposição Operária. Quando entregaram as provas finais, vocês conheciam os acontecimentos de Kronstadt, e o surgimento da contrarrevolução pequeno-burguesa. E, neste momento, vêm ao Congresso denominando-se ‘Oposição Operária’! Vocês não parecem compreender a responsabilidade que estão assumindo, e como rompem nossa unidade!”.

De maneira absolutamente clara e sensível, Lênin mostra aos delegados que tudo deveria ser feito para demover a oposição de continuar trilhando o caminho de ruptura da unidade do partido. Explica: “Se existe alguma coisa de saudável na dita oposição, devemos realizar todos os esforços para separá-la do restante. Não podemos lutar com êxito contra os males da burocracia, ou aplicar a democracia consequente, porque nos faltam forças e somos débeis. Devemos incorporar aqueles que possam nos ajudar, e aqueles que, com o pretexto de nos ajudar, produzam folhetos como esse, devemos desmascará-los e separá-los”.

A fundamentação de Lênin era de que a luta contra a burocratização e o fracionamento opositor à linha do partido se dava nas condições em que a debilidade do próprio partido não poderia ser desconhecida pelos delegados. Assim, Lênin conclui: “Não é o momento para ter uma oposição, camaradas! Ou vocês estão deste lado, ou estão do outro, e então sua arma deve ser um fuzil, e não uma oposição. Isso decorre da situação objetiva, e não devem culpar-nos por isso. Não é necessário ter uma oposição justamente agora, camaradas! Penso que o Congresso do partido terá de extrair a conclusão de que a oposição chegou ao fim, e que isso se esgotou (...)”.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXXV, Akal Editor)